

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO ORGANIZACIONAL

JÉSSICA CAROLINE FONSECA LOPES

**O CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES
SOLIDÁRIOS (CIEPS-UFU): HISTÓRIA, FRUTOS E PERSPECTIVAS**

UBERLÂNDIA
2021

JÉSSICA CAROLINE FONSECA LOPES

**O CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES
SOLIDÁRIOS (CIEPS-UFU): HISTÓRIA, FRUTOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública

Orientador: Prof. Dr. Peterson Elizandro Gandolfi

UBERLÂNDIA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L864 Lopes, Jéssica Caroline Fonseca, 1992-
2021 O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários
(CIEPS-UFU) [recurso eletrônico] : história, frutos e perspectivas / Jéssica
Caroline Fonseca Lopes. - 2021.

Orientador: Peterson Elizandro Gandolfi.
Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5061>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Administração. I. Gandolfi, Peterson Elizandro, 1973-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Gestão Organizacional. III. Título.

CDU: 658

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão
Organizacional

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 5M, Sala 109 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4525 - www.fagen.ufu.br - ppggo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Gestão Organizacional				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, 83, PPGGO				
Data:	vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e um	Hora de início:	14h00	Hora de encerramento:	16h15
Matrícula do Discente:	11922GOM011				
Nome do Discente:	Jéssica Caroline Fonseca Lopes				
Título do Trabalho:	O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS - UFU): história, frutos e perspectivas				
Área de concentração:	Gestão Organizacional				
Linha de pesquisa:	Gestão Pública				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	23398/2021 CIEPS - INCUBAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS NA PERSPECTIVA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, NA INDISSOCIABILIDADE COM O ENSINO E A PESQUISA				

Reuniu-se, por meio de webconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em [Gestão Organizacional](#), assim composta: Professores Doutores: [Peterson Elizandro Gandolfi](#) - [FAGEN/UFU](#), orientador da candidata; Cristiane Betanho - FAGEN/UFU e Lina Eiko Nakata - FIA Business School.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. [Peterson Elizandro Gandolfi](#), apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovada.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação

interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Peterson Elizandro Gandolfi, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/12/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Betanho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/12/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lina Eiko Nakata, Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3271108** e o código CRC **BCEFDDCA**.

Referência: Processo nº 23117.088418/2021-61

SEI nº 3271108

JÉSSICA CAROLINE FONSECA LOPES

**O CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES
SOLIDÁRIOS (CIEPS-UFU): HISTÓRIA, FRUTOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Uberlândia, 21 de dezembro de 2021.

Prof. Dr. Peterson Elizandro Gandolfi, UFU/MG

Profa. Dra. Cristiane Betanho, UFU/MG

Profa. Dra. Lina Eiko Nakata, FIA Business School

UBERLÂNDIA
2021

Para Heitor e Pedro, as forças que me
impulsionam a seguir em frente e que me
fazem querer construir um mundo melhor,
mais justo e solidário.

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos à professora Cristiane Betanho, sempre disposta a me orientar e me incentivar a atingir meus objetivos, mesmo quando as circunstâncias fizeram parecer que eu não seria capaz.

Ao professor Peterson Gandolfi, pelo acolhimento, força e auxílio que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

À minha rede de apoio, que viabilizou a realização de mais este sonho, cujo suporte me permite conciliar maternidade, trabalho e estudo.

À UFU, instituição responsável pela minha formação profissional e pela minha construção enquanto ser social, espaço de reflexão que me despertou a consciência crítica de que é possível (e preciso) mudar o mundo, basta fazer.

“Estudar é desocultar, é ganhar a compreensão mais exata do objeto, é perceber suas relações com outros objetos. Implica que o estudioso, sujeito do estudo, se arrisque, se aventure, sem o que não cria nem recria.”

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo realizar um levantamento histórico, bibliográfico e documental da atuação do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que há quase duas décadas atua para o desenvolvimento de Organizações Produtivas Solidárias (OPS), a fim de celebrar suas conquistas e avaliar os impactos da pandemia em sua atividade. A partir da análise de seus aspectos formativos, bem como do referencial teórico que permeia as políticas públicas de extensão e a Economia Popular Solidária, o trabalho pretendeu retomar e revisitar o acervo da incubadora, bem como investigar os frutos do trabalho realizado e traçar os principais desafios, especialmente diante dos efeitos causados pela pandemia da Covid-19, assim como suas perspectivas para o futuro, com a finalidade de entender como se desenvolvem as OPS (Organizações Produtivas Solidárias) e como podem ser bem sucedidas e sustentáveis. Ressalta-se o papel da Universidade e das ações de extensão, a fim de fomentar a discussão em torno dos processos de incubação e possibilitar o desenvolvimento do centro como um todo, celebrando a história e os frutos da incubadora e viabilizando a melhoria de sua atuação, inclusive de forma remota, pelos próximos anos. Os resultados demonstram a expressiva participação da incubadora no desenvolvimento de atividades de extensão, assim como a relevância de sua produção acadêmica, com mais de 100 projetos realizados e 20 coletivos assessorados.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Extensão; Cieps; UFU; Economia Popular Solidária; Incubadoras Populares.

ABSTRACT

This study aimed to do a historical, bibliographical and documentary survey of the activities of the Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps) of the Universidade Federal de Uberlândia (UFU), which completes two decades working for the development of Solidary Productive Organizations (SPO), in order to celebrate its achievements and evaluate the impacts of the Covid-19 pandemic on its activity. As from the analysis of its formative aspects, as well as the theoretical framework that permeates the extension public policies and the Solidary Popular Economy, the work intended to retake and revisit the incubator's collection, as well as to investigate the results of the work done and trace the main challenges, especially because of the effects caused by the Covid-19 pandemic, and prospects for the future, in order to understand how OPS (Solidarity Productive Organizations) are developed and how they can be successful and sustainable. The role of the University and the extension actions is highlighted, in order to foster discussion around the incubation processes and enable the development of the center, celebrating its history and fruits and enabling the improvement of its performance, even remotely, for the next few years. The results demonstrate the significant participation of the incubator in the development of extension activities, as well as the relevance of its academic production, with more than 100 projects carried out and 20 groups advised.

Keywords: Public policy; Extension politics; Cieps; UFU; Solidary Popular Economy; Popular Incubators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Acervo dos registros fotográficos de atividades e reuniões Cieps	39
Figura 2 – Plano de Expansão UFU 2008-2012	41
Figura 3 – Grupos de trabalho Cieps	42
Figura 4 – Linha do tempo: Marcos históricos Cieps.....	44
Figura 5 – Localização Geográfica da UFU	67
Figura 6 – Encontro de mulheres agricultoras promovido pelo Cieps	73
Figura 7 – Oficina de artesanato promovidas pelo Cieps.....	75
Figura 8 – Feirinha de Economia Solidária no Campus (Santa Mônica) da UFU	76
Figura 9 – Feirinha de Economia Solidária no Campus (Santa Mônica) da UFU durante a pandemia.....	77
Figura 10 – Cestos Solidários (kits de compra).....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mapa Mental da Pesquisa.....	19
Quadro 2 – Desdobramento das categorias de análise da pesquisa.....	37
Quadro 3 – Quadro resumo das fases de incubação	48
Quadro 4 – Produção CIEPS 2017 a 2020	50
Quadro 5 – Atividades Cieps em 2021	55
Quadro 6 – Atividades relacionadas à incubadora e economia solidária 2016-2021.....	56
Quadro 7 – Organizações assessoradas pelo Cieps 2017-2020.....	63
Quadro 8 – Casos e Óbitos por Covid-19 até 30/06/2021	64
Quadro 9 – Eventos realizados com apoio do Cieps entre 2017 e 2020	64
Quadro 10 – Participação em eventos como representante da UFU entre 2017 e 2020.....	65
Quadro 11 – Casos e Óbitos por Covid-19 até 30/06/2021	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média de certificados emitidos por atividade de extensão	50
Gráfico 2 – Tipo de atividades de extensão por tipo e ano.....	50
Gráfico 3 – Público direto por ano	51
Gráfico 4 – Média de público direto.....	51
Gráfico 5 – Total de atividades de extensão por unidade e ano	52
Gráfico 6 – Total de atividades de extensão por tipo e unidade.....	52
Gráfico 7 – Total de atividades de extensão por ano e área do conhecimento.....	53
Gráfico 8 – Total de atividades de extensão por área do conhecimento e tipo	53
Gráfico 9 – Total de atividades de extensão por ano e área temática.....	54
Gráfico 10 – Total de atividades de extensão por área temática e tipo	54
Gráfico 11 – Total de atividades de extensão por ano e área temática secundária.....	55
Gráfico 12 – Atividades registradas no SIEX entre 2016-2021 por unidade	62
Gráfico 13 – Evolução dos casos de Covid-19 de 17/08/2021 a 30/06/21.....	70
Gráfico 14 – Evolução dos casos de óbitos por Covid-19 de 17/08/2021 a 30/06/21.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
ANPAD	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração
CIEPS	Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários
CONGRAD	Conselho de Graduação
CONSUN	Conselho Universitário
ENAPGES	Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EPS	Economia Popular Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FREPS	Fórum Regional de Economia Popular Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ITCP	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Organizações Produtivas Solidárias
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PPA	Plano Plurianual
PPGGO	Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional
PROEXC	Pró-reitoria de Extensão e Cultura
PROGER	Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1.	Objetivos.....	17
1.2.	Justificativa	177
1.3.	Estrutura do trabalho	18
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1.	A economia popular solidária.....	20
2.2.	Políticas públicas de economia solidária	23
2.3.	O histórico das incubadoras de empreendimentos solidários nas universidades públicas brasileiras	30
2.4.	O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários Cieps/UFU.....	33
3.	METODOLOGIA.....	355
3.1.	Tipos de análise.....	366
3.2.	Categorias de análise	377
4.	RESULTADOS	38
4.1.	Marcos históricos e desafios da implementação/funcionamento do Cieps/UFU ..	388
4.2.	Metodologia de trabalho	45
4.3.	Frutos e resultados: as atividades realizadas pelo Cieps/UFU	49
4.4.	A pandemia Covid-19 e seus reflexos na Economia Solidária: Caso Cieps/UFU ..	66
4.5.	Perspectivas de futuro: próximos passos e desafios	78
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXOS	88

1. INTRODUÇÃO

O modelo capitalista de acumulação de riqueza, bem como a desregulamentação de mercados e a flexibilização do processo de produção, mudou a forma de organização social e econômica, com a consequente diminuição de direitos e postos de trabalho (ANTUNES, 2004). Diante destas alterações e de tantos desafios relacionados ao acesso aos meios produtivos, em contrapartida ao crescimento e desenvolvimento econômico do país, a Economia Popular Solidária (EPS) apresenta-se como uma alternativa baseada em conceitos como autogestão e trabalho coletivo, que permitem a geração de trabalho e renda de forma menos concentrada e mais igualitária.

A ideia norteadora de inclusão e melhoria de condições de vida do trabalhador, a partir do trabalho coletivo e de distribuição de riqueza, embasa as organizações de economia solidária, que se apresentam como uma ferramenta de combate à pobreza e ao desemprego. Essas iniciativas são guiadas pela necessidade de resistência e de superação do modo de produção capitalista, que segrega e concentra a riqueza e marginaliza grande parte dos trabalhadores, principalmente rurais. Esses trabalhadores, ao associarem-se livremente a partir de sua identidade coletiva, criam meios de enfrentar os desafios econômicos que são, cada vez mais, inerentes ao processo produtivo.

A EPS se pauta, neste sentido, pelos princípios da solidariedade, do autodesenvolvimento e da responsabilidade social efetiva. São organizações que não atuam nos mercados de forma isolada e competitiva, mas sim em cooperação e solidariedade. São associações de trabalhadores, cooperativas ou grupos informais que se organizam e articulam com a esfera pública, buscando espaços de comercialização. Estas organizações interagem com a comunidade e com os consumidores, vinculando-se a universidades, incubadoras, ONGs e entidades que oferecem suporte para que assimilem os conhecimentos fundamentais de técnicas de produção e formas de comercialização, para que se apropriem dos frutos gerados pelo seu trabalho (FERNANDES; BETANHO, 2017).

As organizações de economia solidária nasceram, principalmente, da associação de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, que se organizaram através do cooperativismo, considerado um sistema mais democrático e participativo de atuação econômica coletiva, resultado da criação de formas próprias de organização social de produção e distribuição anticapitalistas (CARVALHO, 2011).

Dentro do movimento de Economia Popular Solidária (EPS), há uma diversidade de definições sobre como essa ideia se manifesta no plano concreto. As experiências e vivências construídas pelas trabalhadoras e trabalhadores que participam da organização das práticas da EPS em nossa região permitiram a formulação da seguinte premissa:

A EPS é uma construção histórica da classe trabalhadora. É uma abordagem, acima de tudo, política, que questiona o modo de produção capitalista, seus resultados sobre o bem-estar dos trabalhadores e seus impactos em relação ao desenvolvimento humano na sua totalidade. Pretende construir uma alternativa econômica em que os trabalhadores tenham poder de decisão sobre a produção e a distribuição do valor gerado pelo trabalho coletivo (BETANHO et al, 2018, p. 23).

A EPS é, portanto, uma resposta dos trabalhadores ao mercado de trabalho excludente, formada por organizações econômicas coletivas, que realizam atividades de produção de bens e serviços e de comércio e consumo solidário. São características deste sistema, que foi destinatário de políticas públicas específicas, a associação em cooperativas e grupos informais, muitas vezes familiares, de pequenos produtores e prestadores de serviço (MTE, 2008).

Conforme o extinto Ministério do Trabalho e Emprego (2010), a Economia Popular Solidária (EPS), enquanto política pública, está inserida em um contexto de transformações do mundo do trabalho, que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado. A partir do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, de 2011, o Governo Federal da época assumiu o desafio de implementar políticas que estenderam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho.

As Organizações Produtivas Solidárias (OPS), no Brasil, a partir de então, passaram a ser parte da estratégia de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria, devido a sua capacidade de contribuição para a diminuição da pobreza no país. Para atingir esta finalidade, foram direcionados investimentos para contribuir com a capacidade de auto-organização das comunidades inseridas em situações de vulnerabilidade social, confirmando a economia solidária como alternativa de emancipação e de redução da desigualdade (SINGER, 2014).

As políticas públicas, ao permitirem a ampliação das habilidades e capacidades dos indivíduos, famílias e grupos, podem ser elemento importante para a melhoria da compreensão dos processos pelos quais passa cada sociedade. Consequentemente, podem ser um elemento para ampliação da participação política e social, bem como para maior

defesa e ampliação da igualdade e solidariedade social, tanto entre as gerações atuais como entre estas e as futuras gerações, como princípio e pilar da estruturação da sociedade, fomentando alterações nas instituições estatais fundamentais aos processos de desenvolvimento (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 48).

Esta estratégia, no entanto, perdeu força no segundo mandato do governo Dilma Rousseff (2015-2016), foi descontinuada a partir do golpe que consagrou Michel Temer presidente (2016-2018), e atualmente, sob Jair Bolsonaro à frente do governo federal (2019-2022), a temática não possui espaço na agenda governamental enquanto política pública de governo.

Apesar dos retrocessos, nas Universidades a EPS resiste a partir do trabalho das incubadoras de organizações produtivas solidárias (denominadas incubadoras solidárias, incubadoras de cooperativas populares, incubadoras sociais, a depender da instituição de ensino). Especialmente no Estado de Minas Gerais, são várias as incubadoras universitárias e o movimento conseguiu se organizar perante a população e pressionar o governo para institucionalizar o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária.

É neste contexto que se destaca a atuação do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps), organismo da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia, destinado a assessorar coletivos populares que desejam organizar iniciativas produtivas a partir dos princípios da Economia Popular Solidária.

Em seus quase 20 anos de atuação, diversos foram os frutos do trabalho desempenhado pela incubadora, não apenas nos processos de incubação, mas também na promoção da reflexão crítica da realidade social e do incentivo à participação de todos os grupos de interesse no desenvolvimento do centro e na troca de experiências entre a comunidade acadêmica, a sociedade civil organizada, o poder público, trabalhadores, sociedade e consumidores.

De acordo com Mészáros (2010), é vital para a classe trabalhadora ampliar a compreensão sobre a tarefa histórica de empreender no caminho para dominar as condições materiais e construir ações revolucionárias políticas, culturais/teóricas e educacionais.

Além disso, como se sabe, a paralização em cadeia de diversos setores, em virtude dos reflexos da pandemia causada pela Covid-19, impôs enormes desafios e a necessidade de adaptação para a área da educação, especialmente em se falando da assistência prestada pela incubadora, que precisou se transformar para continuar a dar

visibilidade às organizações associadas e pensar soluções para minimizar os efeitos do distanciamento social.

Diante do atual momento político, marcado pela tendência expressa de redução do financiamento estruturante para políticas públicas de distribuição de trabalho e renda, em contrapartida aos avanços experimentados nos últimos anos, as incubadoras de Organizações Produtivas Solidárias desempenham um papel de extrema relevância na busca pela redução das desigualdades.

1.1. Objetivos

Como objetivo geral, o estudo se propôs a apresentar a história, os resultados e as perspectivas do Centro de Incubação em Empreendimentos Populares e Solidários – Cieps da PROEXC/UFU, mostrando como acontece a transformação social na EPS.

Para alcance do objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Retomar os principais marcos históricos da formação, traçar o panorama de luta e identificar os maiores desafios que permearam a implementação do Cieps/UFU;
- b) Realizar um levantamento dos frutos e dos resultados das atividades realizadas pela incubadora, listando os projetos de extensão e as ações desenvolvidas junto à Universidade;
- c) Apresentar um recorte da atuação do Centro durante a pandemia da Covid-19, analisando a complexidade da assistência remota;
- d) Apontar as perspectivas de futuro para a continuidade da intervenção efetiva do Cieps junto à instituição e à comunidade.

1.2. Justificativa

Este estudo se justifica pela necessidade de retomar os aspectos históricos do projeto, refletir sobre eles e celebrar suas conquistas, a fim de traçar as perspectivas para o futuro, os avanços e os desafios ainda a serem superados. Trata-se de uma relação que permite o aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, configurando-se como um caminho para a emancipação dos atores envolvidos. Conforme Mészáros (2007, p. 76) explicita:

(...) tarefa educacional é simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical

requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo (...).

Teoricamente, a presente pesquisa contribui na medida em que se propõe a resgatar as memórias e a história do Cieps e suas iniciativas, as especificidades da sua atuação, o conhecimento gerado a partir de sua ação enquanto política pública, e a comemorar quase duas décadas de sua atividade junto à comunidade local.

O mestrado em Gestão Organizacional, na Linha Pública se apresentou, desde o início, como uma oportunidade de pesquisar, refletir e aprender sobre algo que ainda na graduação já despertava interesse da pesquisadora: a importância da criação e aplicação de políticas públicas efetivas para a redução da desigualdade social, tão acentuada no Brasil. Neste sentido, o contato na pós graduação com os princípios da economia solidária e, especialmente, com o Cieps, fez crescer a inclinação pela pesquisa de alternativas eficazes para a criação de uma sociedade mais justa, em que a educação, em uma perspectiva ampla, seja capaz de transformar esta realidade de extrema vulnerabilidade social.

A presente pesquisa busca atender a um dos objetivos do mestrado profissional estabelecido no regulamento do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional (PPGGO), no art. 4º, inciso II, “atuar com foco em problemas práticos na produção de material intelectual/tecnológico no âmbito da gestão organizacional de modo a contribuir com o desenvolvimento das organizações em suas diversas funções”.

Assim, celebrar a existência de incubadora, avaliar sua relevância e resgatar sua história e frutos, é uma forma de reafirmar o seu papel na construção de uma vida digna para as pessoas assistidas, bem como contribuir para a superação dos desafios que estão ainda pela frente, como as particularidades da assistência remota em tempos de pandemia.

1.3. Estrutura do trabalho

No que se refere à sua estrutura, após a seção introdutória em que se apresenta o tema, os objetivos e a justificativa do estudo, foi desenvolvido o capítulo 2, dedicado ao referencial teórico, que aborda a revisão da literatura sobre economia popular solidária, políticas públicas, as incubadoras e sua relação com as universidades e os efeitos da pandemia da Covid-19 nas instituições de ensino.

Em seguida, no capítulo 3 foi apresentada a metodologia adotada para coleta de dados e análise de resultados, a partir da pesquisa documental e análise de relatórios,

dados de acompanhamento do Cieps/UFU e do acervo histórico da incubadora, com a caracterização da pesquisa e dos procedimentos adotados para realização do estudo.

Quadro 1 - Mapa Mental da Pesquisa

Motivação da pesquisa			
Justificativa teórica: Lacuna teórica quanto ao tema proposto.	Justificativa prática: Resgate dos marcos históricos do projeto; Perspectivas para o futuro	Justificativa social: Relevância e impactos do trabalho do Cieps na região.	Justificativa Pessoal: Grande interesse pelo tema
Definições do propósito da investigação			
Objetivo da pesquisa: Apresentar a história, os resultados, os desafios relacionados à pandemia e as perspectivas do Centro de Incubação em Empreendimentos Populares e Solidários			
Investigação teórica			
Referencial teórico			
Economia Popular Solidária	Políticas Públicas em Economia Popular Solidária	Incubadoras de Empreendimentos Populares e Solidários	
Aspectos metodológicos			
Análise documental		Análise de conteúdo	
Resultados da pesquisa			
Análise e discussão dos resultados			
Principais conclusões			
Limitações da pesquisa			
Considerações finais			

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos dados coletados se deu de forma qualitativa, a fim de elucidar como se deu a interação do Cieps/UFU com a comunidade, desde a sua criação, e quais foram suas principais interferências nas estruturas econômica e social local; ainda, pretendeu-se ressaltar como estas ações podem ser traduzidas no compartilhamento de saberes, competências, qualidades; na troca de conhecimentos, histórias; e enaltecer seu impacto nas organizações como geradoras de trabalho e renda.

O capítulo quatro apresentou os resultados da pesquisa, especialmente em relação a atuação do Cieps/UFU junto aos empreendimentos incubados, o levantamento histórico e seus frutos para a instituição de ensino, como os resultados da produção acadêmica, bem como os dados mais atuais do Cieps/UFU contemplando a influência da pandemia Covid-19. Finalmente, foram apresentadas as considerações finais obtidas com o estudo, bem como as limitações da pesquisa e sugestões para futuros estudos, e as referências bibliográficas utilizadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Economia Popular Solidária

A crise no modelo hegemônico levou à necessidade da criação de novas formas de organização do trabalho como alternativa para geração de renda.

As mudanças sofridas pelo mercado de trabalho da última década, que levaram à um cenário de aumento de terceirizações, trabalhadores informais e do enfraquecimento das relações de emprego (MTE, 2010; MORAIS et al., 2011), levaram ao surgimento do cooperativismo como forma de enfrentamento contra a precariedade social causada pelo fortalecimento do antagonismo de classe do modelo capitalista (VERONESE; GUARESCHI, 2005, p. 59).

A economia solidária, neste sentido, teve origem no fortalecimento do cooperativismo, com a mobilização de trabalhadores em organizações coletivas de trabalho, voltadas para a associação de trabalhadores em iniciativas de produção e consumo marcadas pela autogestão (MTE, 2010; ARROYO; SCHUCH, 2006).

Assim, a Economia Solidária ou o “novo cooperativismo é considerado multiforme e se distingue pelo caráter democrático e operário, constituindo resposta cada vez mais eficaz à crise do trabalho” (VEIGA E FONSECA, 2001, p. 17). Entende-se trabalho, nesta perspectiva, por um elemento essencial à vida em sociedade, definido como “a atividade desenvolvida pelo homem, sob determinadas formas, para produzir a riqueza” (OLIVEIRA, 2003, p. 5).

Assim como todas as demais construções sociais, o trabalho se modifica ao longo do tempo, acompanhando os homens e se moldando à necessidade de busca pela sobrevivência e pelo suprimento de suas necessidades materiais (OLIVEIRA, 2003). Conforme Lukács (1988, *apud* ANTUNES, 2003), além de compreender o papel ontológico do trabalho, é necessário entender sua função na formação do ser social.

Lessa (2002) apresenta, sob esta ótica de análise, a distinção entre trabalho e trabalho abstrato, ou emprego. Por trabalho entende-se a atividade caracterizada pelo intercambio orgânico com a natureza, a fim de produzir condições de existência. O emprego, por sua vez, utiliza-se destas atividades para converte-se em mais-valia, o lucro. Nesta segunda categoria presencia-se a submissão do homem ao sistema capitalista, com a coisificação dos indivíduos e o fetichismo das mercadorias.

Intrínsecas a este sistema, as crises de desemprego e a consequente exclusão social levam a sociedade a passar por transformações, a fim de enfrentar os impasses e

os desafios do mercado de trabalho (COUTINHO; BEIRAS; PICININ e LÜCKMANN, 2005).

O processo de consolidação da economia solidária no Brasil teve início nas mudanças socioeconômicas da década de 1970, que foi caracterizada pela transição do keynesianismo, marcado pelo endividamento do Estado em razão do protecionismo de mercado, com investimento de capital pelo governo, para o modelo econômico neoliberal, bem como o aumento do preço internacional do petróleo e derivados, que culminou em uma nova crise mundial (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Com o fortalecimento dos movimentos sociais no país nas décadas de 1980 e 1990, com as privatizações, que levaram um grande número de colaboradores demitidos em Planos de Demissão Voluntária (PDVs) a começarem seus próprios negócios, organizados em cooperativas e associações, bem como com o início das Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCP) em diversas Universidades e a criação de Bancos do Povo, os princípios da economia solidária passaram por um período de institucionalização, estimulando as organizações comunitárias a desenvolverem atividades econômicas coletivamente (ARROYO; SCHUCH, 2006).

O *novo* sistema financeiro foi estruturado no governo Lula, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, tendo sido incluído na nova estratégia de desenvolvimento do país, não por qualquer motivação moral, mas pela sua eficácia em “garantir a máxima conversão do capital-trabalho do grupo em ativos disponíveis à sua sobrevivência e reprodução física e cultural” (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 24-25).

A Economia Solidária tem, portanto, o objetivo de propor a retomada dos valores solidários e a promoção de novas formas de trabalhar, “que tem como princípios a autogestão, a democracia, a solidariedade, a participação e a autonomia” (MOURA; LIMA, 2009, p. 43). Além disso, são características dessa forma de produção e comercialização a justiça social e a responsabilidade socioambiental (MTE, 2010).

Dentro da definição de Economia Popular Solidária (EPS), o primordial é que as Organizações Produtivas Solidárias (OPS) não estejam movidas apenas pela rentabilidade gerada pela produção, isto é, não busquem apenas o retorno financeiro, e procurem, através da articulação entre pessoas que comungam dos mesmos objetivos, realizar um trabalho em que os resultados gerados sejam apoderados por estas mesmas pessoas, os trabalhadores, que são os responsáveis pelas formas de produção, pelo

capital gerado, pela terra cultivada, pelos recursos naturais que utilizarão e pelo resultado gerado pelo próprio trabalho (FERNANDES; BETANHO, 2017).

O trabalho associado se apresenta como uma oportunidade para que pessoas em vulnerabilidade socioeconômica possam obter renda e trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a dinamização da cadeia produtiva e fortalecimento das redes de cooperação da agroecologia (SINGER, 2014). No mesmo sentido, Arroyo e Schuch (2006, p. 60) afirmam que “o valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital – dinheiro e sua propriedade sob quaisquer formas”.

Os princípios gerais da economia solidária são, portanto, o valor social do trabalho, a busca por desenvolvimento sustentável, a observância dos valores do associativismo, a unidade entre produção e reprodução, a solidariedade e a geração de trabalho e renda com foco na diminuição da exclusão social e das desigualdades (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Conforme Singer (2002, p. 9),

[...] para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir.

A desigualdade, o desemprego e a precarização das relações de trabalho são formas de manutenção do sistema capitalista de produção, que impõe seu ritmo sobre as relações sociais e estabelece a luta de classes, entre quem possui o capital e quem possui a força de trabalho. A estimulação desta desigualdade para o aumento do lucro e a desvalorização e marginalização do indivíduo, dão margem para diversos questionamentos a este modelo, que passa a ser, sobretudo, de coerção (ANTUNES, 2000; ANTUNES, 2003; LESSA, 2002).

Assim, embora a definição de economia solidária englobe diversos aspectos, todos eles passam pela característica fundamental da autonomia do trabalhador, que atua como o gestor do seu empreendimento, ou seja, pela autogestão, que é condição essencial para a qualificação de um empreendimento como de Economia Solidária (CANÇADO; CANÇADO, 2009). A autogestão é, desta forma, “um modo de organização do trabalho, onde todos os envolvidos participam da concepção e execução, os meios de produção e/ou agregação de valor são coletivos [...]” (CANÇADO; CANÇADO, 2009, p. 63).

A EPS, neste sentido, é vista como um espaço de construção não apenas de uma nova economia, mas de uma nova política, que incentiva a emancipação e empoderamento dos trabalhadores, sua valorização e qualificação, de modo que seja possível falar em um sistema alternativo ao capitalismo mais igualitário e com efetiva contribuição para a distribuição de renda e de direitos.

As experiências e vivências construídas pelas trabalhadoras e trabalhadores que participam da organização das práticas da EPS na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde está a pesquisadora e o objeto desta pesquisa, permitiram a formulação do conceito de EPS da seguinte premissa:

A EPS é uma construção histórica da classe trabalhadora. É uma abordagem, acima de tudo, política, que questiona o modo de produção capitalista, seus resultados sobre o bem-estar dos trabalhadores e seus impactos em relação ao desenvolvimento humano na sua totalidade. Pretende construir uma alternativa econômica em que os trabalhadores tenham poder de decisão sobre a produção e a distribuição do valor gerado pelo trabalho coletivo (BETANHO et al, 2018, p. 23).

Iniciativas voltadas para práticas de desenvolvimento tanto no âmbito econômico, como no social e ambiental, vinculadas a um movimento de conscientização em relação às práticas comerciais e aos recursos que o ambiente oferece, possibilitam que a sociedade pondere sobre sua forma de se relacionar com os atores sociais e com o meio em que vive.

2.2. Políticas Públicas de Economia Solidária

Considerando que a política pública funciona como uma orientação, uma conduta desenvolvida intencionalmente para defrontar um problema público (SECHI, 2013), entende-se por política pública o conjunto de diretrizes relacionadas a planos governamentais e iniciativas estatais que têm como pretensão lidar com situações desafiadoras do âmbito coletivo. Conforme definem Castro e Oliveira (2014, p. 22-23), “tais políticas, programas e ações concretizam-se na oferta de bens e serviços que atendam às demandas resultantes das disputas políticas acerca do que é ou deveria ser de interesse público”.

Dois são os aspectos essenciais das políticas públicas: “intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECHI, 2013, p. 2). O Brasil experienciou a introdução de políticas públicas direcionadas ao estímulo do desenvolvimento social de forma mais

abrangente, inseridas dentro de cinco dimensões: social; econômica; político-institucional; territorial e ambiental – através de diretrizes que visam estimular os aspectos sociais e econômicos de forma interligada (CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

O crescente aumento dos investimentos em políticas sociais, aliado à ação reguladora do Estado, proporciona a diminuição da desigualdade, que a seu turno promove o aumento da demanda interna, estimulando a economia. (...) a justiça social promove o crescimento econômico e vice-versa (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 47).

Em razão de seu papel de promover o equilíbrio para os desafios sociais, o ciclo de políticas públicas possui particularidades específicas que variam de acordo com a sociedade, e é fundamental a colaboração de uma comunidade mais participativa. Isto se dá pelo papel do Estado no incentivo ao desenvolvimento sustentável, a partir, por exemplo, da mudança do modelo vigente de compras públicas, tradicionalmente limitadas a fatores financeiros e qualidades materiais, em detrimento dos aspectos relacionados ao fomento social e ao cuidado com o ambiente.

O circuito de elaboração e implementação das políticas públicas é, portanto, produto das tensões latentes em cada sociedade e fonte de permanente aprendizado institucional. Afinal, as políticas públicas, ao permitirem a ampliação das habilidades e capacidades dos indivíduos, famílias e grupos, podem ser elemento importante para a melhoria da compreensão dos processos pelos quais passa cada sociedade. Consequentemente, podem ser um elemento para ampliação da participação política e social, bem como para maior defesa e ampliação da igualdade e solidariedade social, tanto entre as gerações atuais como entre estas e as futuras gerações, como princípio e pilar da estruturação da sociedade, fomentando alterações nas instituições estatais fundamentais aos processos de desenvolvimento (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 48).

A definição de política pública enquanto construção teórica é, de fato, complexa e abrangente, mas pode ser considerada como o campo de estudo das ações do governo, assim como da avaliação destas ações. As políticas públicas são, deste modo, a tradução dos planos e plataformas eleitorais dos governos em ações e programas capazes de transformar o mundo real, que dependem de diversos níveis de decisão.

Em geral, o ciclo de uma política pública pode ser dividido em quatro fases: a determinação da agenda, com a definição do problema central objeto da política pública; a etapa de seleção de proposta, envolvimento político e a formalização da política em lei; a implementação da política, quando são operacionalizados os planos e projetos; e a avaliação da política, momento em que são analisados os resultados e impactos alcançados (PINTO, 2008).

As políticas públicas podem ser analisadas, também a partir da Matriz elaborada por Kingdon (1995), conhecida como Modelo de Fluxos Múltiplos (Multiple Streams

Framework), inicialmente pensada para avaliar as políticas norte americanas de assistência à saúde e transporte na década de 1970. O modelo procura entender as razões para que determinados problemas se tornem objeto de atenção do governo, para a criação de uma política pública. Assim, a matriz é utilizada para analisar as agendas de políticas públicas definidas pelos governos nacionais.

A agenda governamental, nesta perspectiva, é delineada com base em problemas que possuem maior visibilidade em determinado momento, cuja existência passa a exigir atenção da equipe do governo para que sua discussão seja colocada em pauta (KINGDON, 1995). Apenas algumas delas, entretanto, se converterão em ações governamentais, e serão objeto de políticas públicas. A definição da agenda governamental é, portanto, influenciada pelas questões que ganham destaque ao ponto de forçar sua implementação.

O fluxo decisório desta agenda envolve três processos, relativamente independentes entre si: os problemas, que são identificados a partir de indicadores, crises ou durante a avaliação de outras ações; as soluções ou alternativas, discutidas por especialistas a fim de verificar a viabilidade técnica e financeira; e o processo político, que depende da tendência nacional e das questões internas de governo que determinam o apoio ou a oposição à uma proposta em pauta. Para que uma demanda se converta em política pública, faz-se necessária a convergência entre os três fluxos (FREY, 2000).

A política pública pode ser parte da política de um Estado, que independe do governo e do governante e é executada com respaldo na Constituição, ou pode ser uma política de governo, que varia conforme os projetos em destaque na agenda dos representantes eleitos e com a alternância de poder. A política de Estado pode ser entendida como uma política que transcende o governo e se mantém a longo prazo, tendo continuidade de um governo para outro (SECHI, 2013).

As políticas públicas relacionadas ao mercado de trabalho são, historicamente, voltadas para o emprego, restando poucas alternativas para a geração de trabalho e renda desvinculadas da relação clássica assalariada e formal. Tais políticas consolidaram-se sob a ótica tradicional do Estado de bem-estar social, cujo foco mantém-se em oferecer, basicamente, seguro-desemprego, formação profissional e intermediação de mão de obra.

As políticas de economia solidária, por sua vez, deram início a uma nova maneira de intervenção do Estado para a criação de trabalho e renda, na medida em que englobam outras formas de organização socioeconômica.

Neste contexto, a economia solidária, enquanto objeto de política pública de governo, passou a fazer parte da agenda do Ministério do Trabalho e Emprego a partir de 2003, com a criação do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Em nível federal, a economia solidária foi institucionalizada com a Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, que criou a SENAES, como resultado da mobilização de movimentos sociais de diversas áreas.

Segundo sítio próprio, a implementação da economia solidária como política pública se insere em um contexto de transformações do mundo do trabalho, “que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado”. Foi a partir de tais condições que o Governo Federal “assumiu o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária” (CARVALHO, 2011, p. 3).

Neste contexto, Oliveira e Santos (2015) observam que compras públicas sustentáveis fazem parte de uma nova visão na esfera pública, e são mecanismos que possuem o intuito de “contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras.” (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, online).

Dentro desta perspectiva destaca-se no Brasil a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

É inegável a pressão de setores específicos da sociedade em impedirem critérios que possam beneficiar, por exemplo, cooperativas populares ou empreendimentos de economia solidária, pois esses critérios limitariam a participação de empresas tradicionalmente fornecedoras públicas, as quais não aceitam perder esse espaço.

Nesta linha, a agroecologia é definida pela PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), através do Decreto Nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, em seu artigo 2º, conforme apresentado a seguir:

Art. 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

III - produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação (BRASIL, PNAPO, 2012).

A agroecologia atua como uma maneira de produzir sem agredir o ambiente, criando relações de produção humanas e estimulando o consumo consciente e sustentável ancorado no combate à degradação ambiental, numa forma de agricultura

que pretende superar os danos causados à biodiversidade e à sociedade pela utilização de pesticidas, transgênicos, agrotóxicos, fertilizantes industriais e pelas monoculturas, que empobrecem o solo e trazem consequências como a contaminação dos lençóis freáticos, erosão, problemas de saúde para o trabalhador do campo e para os consumidores, entre outros.

O Decreto Nº 8.473, de 2015, em seu artigo 1º, §1º, estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei 11.326 de 2006, que possuam a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP (BRASIL, 2015). Faz-se pertinente destacar a falta de ampliação e de espaço orçamentário destinado pelo governo ao Plano de Agricultura Familiar, embora sua legislação represente um marco para a evolução da Agroecologia no país.

As cooperativas solidárias, por seu compromisso com inclusão social, democracia interna e respeito ao meio ambiente, tornam-se particularmente alinhadas com o que se entende ser objeto de atenção e preocupação do Estado. Tanto que o possível privilégio auferido pelas cooperativas solidárias nas licitações públicas poderia se justificar. Ao integrar diferentes compromissos como erradicação da pobreza, preocupações ambientais, distribuição de renda, equidade e busca do bem comum, acabam por tratar os diferentes de forma diferenciada, atuando de forma a complementar o papel, supostamente, estatal (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 203-204).

Mészáros (2007) aponta o fracasso das promessas de se resolver os problemas das esferas sociais através do desenvolvimento tecnológico e da modernização. Neste sentido,

Para atingir a sustentabilidade, o homem não deveria em sua totalidade explorar a natureza para além da sua capacidade de renovação, o que implica adotar novos estilos de vida e novos caminhos para o desenvolvimento, menos concentrado no bem-estar pessoal e no lucro, e mais centrado no bem-estar coletivo e no respeito pela dignidade humana e pela natureza. (SZANTO, 1998 apud OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 193).

Neste sentido, a PNAPO exerce um papel fundamental enquanto política pública nacional, pois integraliza e maximiza iniciativas voltadas para práticas rurais sustentáveis, indo de encontro a movimentos sociais que já trabalhavam pela produção de alimentos livres de agrotóxicos e pela preservação da terra.

Como instrumento primeiro desta política foi criado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), cuja principal contribuição está em “ter incentivado a articulação entre agentes públicos e privados em torno da agroecologia, o PLANAPO contribuiu para a incorporação do tema em processos de

planejamento e implementação de políticas públicas, tanto em nível federal, quanto subnacional” (BRASIL, PLANAPO, online).

O orçamento se configura como um dos artefatos mais antigos de planejamento, sendo um instrumento importante para as finanças públicas. É o meio que o governo utiliza para organizar seus recursos, uma vez que o orçamento público contém as receitas e despesas que serão executadas pelo Poder Executivo. O orçamento público pode ser definido, portanto, como a maneira pela qual o poder Executivo prevê e o Poder Legislativo autoriza por determinado período tanto a arrecadação das receitas criadas em lei, quanto as despesas reservadas ao exercício dos serviços públicos (BALEEIRO, 2000).

Quanto à sua função, o orçamento pode ser classificado em três categorias: alocativa, distributiva e estabilizadora. Na função alocativa, o governo pode criar incentivos para desenvolver certos setores em detrimento de outros. A função distributiva é a que têm o papel de promover um crescimento equilibrado, em que o governo tenta combater os desequilíbrios sociais, estimulando o desenvolvimento das regiões menos favorecidas. Por fim, a função estabilizadora propõe estabilizar a economia e os preços, promovendo um equilíbrio da balança de pagamentos (GIACOMONI, 2010).

No Brasil, com a Constituição Federal (CF) de 1988, adotou-se uma estrutura orçamentária dividida em três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Conforme a CF, o PPA é o instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes e metas da Administração Federal (Estadual ou Municipal) para as despesas de capital (BRASIL, 1988). Possui duração de quatro anos, tendo início no segundo ano do mandato do Chefe do Executivo até o fim do primeiro ano de seu sucessor (FEIJÓ, PINTO E MOTA, 2008).

A LDO, por sua vez, estabelece as metas da Administração Pública, orientando a elaboração da LOA. É o instrumento que dispõe sobre a estrutura e organização dos orçamentos, despesas da União com pessoal, dívida pública federal, e alterações na legislação tributária da União. Já a LOA, por fim, é a lei que estabelece previsão da receita e autoriza as despesas para cada exercício financeiro de acordo com a estimativa de arrecadação, pretendendo alcançar os objetivos determinados (BRASIL, online).

O orçamento é, portanto, a ferramenta de execução dos planos do governo e de administração das ações governamentais, e o instrumento capaz de transformar metas em obras e serviços.

Considerando que a oferta de serviços públicos e o atendimento aos direitos sociais prestacionais, de responsabilidade do Estado, têm sido considerados cada vez mais insatisfatórios às demandas apresentadas pelos cidadãos, que não possuem acesso aos meios de trabalho formal (IPEA, 2009, p. 539), diversos são os questionamentos sobre a gestão orçamentária do Estado e a administração dos gastos públicos, que muitas vezes não é conduzida de forma compatível à efetivação destes direitos pelos agentes públicos na gestão estatal (PAES, 2010).

O cenário socioeconômico, intimamente relacionado às políticas orçamentárias vigentes, é diretamente responsável pelo futuro e desenvolvimento dos municípios, através da criação das políticas públicas, de melhorias na vida social, execução de obras e prestação de serviços e investimentos, razão pela qual se torna de extrema relevância que a distribuição dos recursos seja feita de forma eficaz e útil para atender as necessidades locais dos cidadãos.

O orçamento deve ser considerado, portanto, para além de seu papel de intervenção no domínio econômico, mas como instrumento de política que possibilita a sociedade o acesso a direitos sociais através de reivindicações e participação dentro do modelo de participação política utilizado atualmente pelo poder legislativo (PINTO, 2008, *apud* TORRENS, 2018).

A definição dos instrumentos orçamentários é, portanto, um relevante indicador das prioridades do governo no decorrer de sua vigência, pois refletem quais os principais pontos da agenda governamental e como será feita a dotação orçamentária, para a delimitação de políticas públicas. Para os objetivos da presente pesquisa, interessa compreender a importância das políticas de economia solidária para o governo, a partir da criação de projetos e parcerias mediados pela SENAES em torno dos empreendimentos solidários.

O aumento do desemprego e da informalidade impactam diretamente no nível de pobreza e nas vulnerabilidades sociais dela decorrentes, de modo que a pressão dos movimentos sociais por uma atuação estatal mais ativa para além “da noção de políticas de emprego para a ideia de políticas de geração de trabalho e renda” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 261).

Destes movimentos surgiram as primeiras iniciativas de financiamento para pequenos negócios urbanos, com o Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda (PROGER) e rurais, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Além disso, parte das organizações sociais buscavam maior atuação do governo na valorização de empreendimentos marcados pelo cooperativismo, tornando-os uma forma viável de organização econômica para os grupos populares excluídos do mercado de trabalho formal, priorizando o fortalecimento social e local (SILVA, 2010).

A perspectiva da economia solidária foi inserida no Brasil por sua identidade com estas iniciativas, cooperativistas e auto gestionárias. Em paralelo a sua consolidação no meio acadêmico, ganhou espaço no meio político e ainda mais força com a criação da SENAES, cuja origem teve por objetivo o fortalecimento da economia solidária.

A EPS, atualmente, não faz parte da política de governo, que optou pelo aprofundamento da exploração em prol do capital, ignorando sua importância e o seu papel para a geração de emprego e renda. O atual momento político é marcado pelos reflexos de um governo que valoriza o agronegócio em detrimento da agroecologia, em que a economia solidária e as iniciativas populares não possuem espaço ou visibilidade. Isso demonstra que o Brasil fracassou na proteção do meio ambiente e dos trabalhadores, cenário que apenas poderá ser revertido com a essencial participação e atuação das incubadoras e dos movimentos de economia solidária.

2.3. O histórico das incubadoras de empreendimentos solidários nas Universidades Públicas brasileiras

A crise da dívida externa, bem como a expansão dos movimentos sociais na década de 1980 no Brasil, com o fim da ditadura militar e a reivindicação por democracia, desenvolvimento da economia e ideologias trabalhistas diversas, fez ganhar força a esquerda política brasileira, com o Partido dos Trabalhadores (PT) e a primeira Central Sindical (CUT – Central Única dos Trabalhadores), além de movimentos populares como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, com orientação social-democrata, e com o avanço da esquerda, os setores dominantes reagiram politicamente unificando a proposta neoliberal, que levou à liberalização dos mercados industrial, agrícola, de serviços e financeiro, à privatização de parte do setor público, à restrição

dos orçamentos públicos e ao consequente aumento do desemprego, que chegou a dobrar entre 1991 e 1999.

Neste cenário de instabilidade e de um mercado de trabalho majoritariamente informal, com a fragmentação das categorias profissionais, os movimentos sociais entraram também em crise, diante de sua falha em combater o avanço conservador. Após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e com a diminuição do protagonismo dos sindicatos e movimentos sociais, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se presidente em 1994 e 1998, em um momento em que empresários e governo se posicionaram radicalmente contra as iniciativas dos trabalhadores.

A saturação do mercado informal, no entanto, com o aumento do desemprego e da pobreza e, consequentemente, da violência, levou a uma resposta por parte dos trabalhadores, que começaram a se unir em grupos de trabalho, associações e cooperativas, a fim de produzir coletivamente (VECHIA; TILLMAN; NUNES; CRUZ, 2011).

O cenário econômico deu origem, também, a diversas campanhas de combate à fome, a mais famosa idealizada por Herbert de Souza, fundador da ONG IBASE no Rio de Janeiro, em 1993, como tentativa de conter o avanço da pobreza por alguns setores da classe média, em conjunto com sindicatos, igrejas ou ONGs (VECHIA et al., 2011).

Neste contexto, as universidades de todo o país, historicamente comprometidas com as lutas populares, passaram a ser questionadas sobre o seu papel diante daquela situação, uma vez que enquanto ambiente de construção de conhecimento deveria dedicar-se a elaborar e aplicar ferramentas sociais eficazes para a transformação social, especialmente em um contexto político adverso (SINGER, 2014).

Em meio a este debate nasceu, em 1995, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), vinculada à UFRJ, cujo escopo inicial abrangia a *transferência de tecnologia*, nos moldes das incubadoras de negócios de tecnologia, como no modelo norte-americano, mas que já se direcionava para o atendimento dos empreendimentos populares cooperativos. A UFRJ serviu de modelo para a estruturação de incubadoras em diversas universidades, que criaram projetos similares à ITCP piloto (GUIMARÃES, 2000).

O financiamento da primeira incubadora foi custeado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), órgão do governo federal vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Dentre os principais objetivos da incubadora estava a replicação do projeto, de modo que diversas ações foram realizadas para o compartilhamento da

experiência da ITCP-UFRJ, como um seminário realizado em 1998, que difundiu a ideia que levou à criação, ao final do mesmo ano, da REDE, formada por seis incubadoras de diferentes localidades.

Em 1999 a REDE passou a fazer parte de um programa ainda mais amplo, a chamada Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (REDE UNITRABALHO), constituída por pesquisadores de várias áreas e cerca de 45 universidades. A fundação universitária era dirigida por um conselho formado por lideranças das próprias universidades, legitimando e reconhecendo o modelo difundido e contribuindo para o impulsionamento da criação de novas incubadoras (VECHIA, et al., 2011).

Em 1998 foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que até o ano 2000 financiou a instituição de algumas das incubadoras da REDE, vinculadas à Universidades como a UFRJ, UFC, UFJF, UFRPe, USP e UNEB, o que propiciou o aumento do número de incubadoras em atividade, que chegou em 2002, mesmo já sem os recursos do PRONINC, a contar com mais de 20 incubadoras (VECHIA, et al., 2011).

Ainda em 2002 a REDE de ITCPs deixou de fazer parte da REDE UNITRABALHO, em razão de divergências sobre a condução dos projetos, e do embate entre a burocracia institucional de uma fundação e a estrutura do tipo federativa e cooperativa dos empreendimentos populares. Com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, neste mesmo ano, para a presidência do país, grande parte em virtude do fracasso das políticas neoliberais e seus reflexos na esfera social, teve início uma fase de oposição moderada ao neoliberalismo, com a adoção de políticas sociais e apoio as iniciativas de economia solidária, que vinha crescendo na década anterior (VECHIA, et al., 2011).

Neste contexto, foi criada em 2003 pelo Ministério do Trabalho a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), sob a gestão do economista e professor Paul Singer. Com a 2ª edição do PRONINC, entre 2005 e 2007, 33 incubadoras tiveram suas atividades e projetos financiados pelo governo federal. A 3ª edição do programa, por sua vez, chegou a apoiar 64 incubadoras.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento passou a fazer parte do PPA a partir de 2004, e seu orçamento cresceu ao longo dos anos, apesar de algumas quedas entre 2005 e 2006. O baixo volume de recursos, no entanto, não foi capaz de efetivar o programa a nível nacional, resultando em ainda mais cortes e

contingenciamentos no decorrer do tempo, perdendo espaço no planejamento econômico e fiscal e, conseqüentemente, impedindo a continuidade das ações. Às SENAES foi reservado um papel residual na dotação orçamentária do MTE (NOVAES, 2008).

A presença das incubadoras nas universidades favorece o debate contínuo sobre a economia solidária, sobre o papel das instituições de ensino e sua relação com a comunidade, bem como sobre a efetividade da integração entre extensão, pesquisa e ensino. A disseminação das incubadoras, neste sentido, pode ser considerada um importante elemento político de fortalecimento da economia solidária, enquanto movimento sociopolítico.

As incubadoras participam, seguindo este objetivo, de todas as coordenações nacionais ligadas ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e as incubadoras fazem parte não apenas da comunidade acadêmica, sendo reconhecidas também pelo governo, nos mais diversos níveis, como parte da economia solidária, integrando o órgão oficial de assessoramento sobre as políticas do setor do governo federal, o Conselho Nacional de Economia Solidária.

2.4. O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/UFU)

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da UFU é um organismo ligado à PROEXC (Pró-reitoria de Extensão e Cultura) que atua como um espaço de práxis, ou seja, de criação de conhecimento voltado para as relações e reflexões sociais e políticas, econômicas e morais, que abriga núcleos de pesquisas, estudos, observações, análises e reflexões de organizações voltadas à produção de bens, realização de serviços, distribuição de produtos, consumo pelos clientes e crédito aos produtores.

Este centro de estudos se pauta em um modelo de cadeia produtiva baseada nos princípios construídos pela Economia Popular Solidária, como cooperação, autogestão e solidariedade, sendo uma maneira de auxiliar os trabalhadores que desejam empreender a partir destes fundamentos (CIEPS, 2018, online).

O CIEPS tem como missão, promover a Economia Popular e Solidária, assessorando Coletivos Populares que gerem trabalho e renda dentro dos princípios da Economia Solidária por meio da indissociabilidade do Ensino, pesquisa e extensão (CIEPS, 2018, online).

As iniciativas do Cieps junto aos empreendimentos incubados são pautadas pelas práticas que vão ao encontro da definição de sustentabilidade, que Mészáros (2007) define como:

[...] Estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais (MÉSZÁROS, 2007, p.190).

Pautado em valores como cooperação entre os trabalhadores, democracia nas relações, solidariedade nas ações, direitos humanos e cuidado com o ambiente, o Cieps atua no desenvolvimento educacional e técnico para o trabalho dos agricultores, baseando suas ações nos princípios da EPS e da Agroecologia, como uma maneira de gerar economia sem agredir a natureza, incentivando formas de produção e hábitos de consumo conscientes, responsáveis e sustentáveis (CIEPS, 2018, online).

O Cieps busca de forma constante levar informação aos agricultores através da incubação, oferece apoio a produtores familiares e suas organizações produtivas, fornecendo uma formação no campo do trabalho vinculado a renda financeira que atuem dentro das diretrizes da Economia Solidária e, também a formação para a transição agroecológica. Concomitantemente, leva estas informações ao público consumidor através das feiras agroecológicas realizadas semanalmente, pré-pandemia, no espaço de convivência da Universidade de Uberlândia (CIEPS, 2018, online).

Incubadoras são, conforme o exposto, unidades acadêmicas interdisciplinares, formadas por professores, técnicos, estudantes e pela sociedade, que por definição adotam uma estrutura de decisão participativa, autogestionária, em contrapartida aos programas universitários tradicionais cujas estruturas se apresentam de forma hierarquizada e verticalizada.

Neste sentido, nas incubadoras são privilegiados os processos decisórios colegiados, que deem voz a todos os indivíduos envolvidos com os processos desenvolvidos no centro tecnológico, uma vez que o mesmo se propõe cooperativista. A incubação tem como desafio a promoção do encontro entre o saber acadêmico, que parte das universidades, e o saber popular, que vem dos trabalhadores e suas experiências cotidianas (CRUZ, 2004).

Os projetos de extensão universitária, embora sejam o *braço* mais aparente das incubadoras, é complementado pela pesquisa e pela constante produção de conhecimento, a fim de proporcionar aos grupos assessorados, por meio de diversas

atividades de ensino, o acesso ao conhecimento sobre a economia solidária e seus princípios.

As incubadoras seguem princípios éticos políticos da economia solidária e do cooperativismo, como a autogestão das iniciativas incubadas e a luta pela redução da desigualdade social, bem como a promoção da integração entre ensino, pesquisa e extensão, a defesa do papel das universidades nas demandas populares, a superação de hierarquias tradicionais entre os integrantes da incubadora, e a atuação em fóruns políticos e econômicos dos empreendimentos de economia popular solidária.

A incubação é sempre – basicamente – um processo pedagógico de trocas intensas entre os grupos e as equipes de incubação, marcadas por um compartilhamento de projetos, de problemas e de trabalho na busca de soluções. Ações de ensino-aprendizagem e de pesquisa participante estão presentes sempre, bem como a busca de soluções tecnológicas (nem sempre encontradas), que priorizam a preservação ambiental e a relação solidária dos trabalhadores (VECHIA, et al., 2011, p. 129).

A partir destes princípios, cada incubadora desenvolve sua própria metodologia de incubação, considerando as particularidades e necessidades locais e sociais. Ações em grupo e a adoção de uma metodologia pedagógica participativa são pontos comuns a todas as incubadoras, ainda que a estrutura de operação seja variável e englobe diversas áreas do conhecimento, de acordo com os empreendimentos assessorados.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo apresentam-se os aspectos metodológicos utilizados na condução da pesquisa, bem como os caminhos percorridos ao longo do trabalho.

Em relação aos seus objetivos, a pesquisa tem caráter descritivo, pois descreve as características de determinadas populações ou fenômenos (GIL, 2002). Para a presente pesquisa, pretende-se utilizar a estratégia de estudo de caso, que se mostra adequada para esta investigação na medida em que procura descrever, compreender e explorar contextos complexos, pois conduz o investigador a procurar respostas para o *como* e o *porquê*:

Quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. [...] Como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados. [...] Em todas essas situações, a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos (YIN, 2005, p. 19).

De acordo com Lakatos e Marconi (1990), esta pesquisa também pode ser qualificada como aplicada, pois é caracterizada por seu interesse prático, cujos resultados podem ser aplicados na solução de problemas que ocorrem na realidade. Nesse caso, os resultados alcançados poderão ser usados pelos gestores do Cieps e da PROEXC como fontes de informação e conhecimento para melhorias no processo de políticas públicas de extensão e tomadas de decisão.

Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas pesquisas em diversas fontes e com vários instrumentos de coleta de dados. Inicialmente, elaborou-se uma pesquisa bibliográfica para conhecer os conceitos básicos utilizados na pesquisa e entender os principais autores da temática. Para isso, buscou-se as bases de dados no “spell.org” para acesso aos artigos publicados em revistas da ANPAD – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração e nos anais dos ENAPEGS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, além de outras fontes gerais como google acadêmico e periódicos capes.

Após o levantamento bibliográfico, foi realizada a pesquisa documental. De acordo com Santos (2002, p. 29), “documentos podem ser representados por relatórios, projetos, documentos informativos arquivados, dentre outros, e referem-se a todas as fontes de informação que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação”. Esta foi de fundamental importância nesta investigação pois foram utilizados, em primeira mão, textos e outras mídias que compõem o acervo do Cieps/UFU. Com esta técnica, foi possível identificar parte significativa da história e dos resultados do Cieps/UFU, bem como as perspectivas frente à pandemia da Covid-19.

3.1. Tipos de análise

Para esta pesquisa, os dados coletados foram categorizados e analisados segundo a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1988; BAUER, 2002 e PUGLISI; FRANCO, 2005), que se mostrou a mais bem apropriada aos propósitos da investigação.

Segundo Bardin (1988), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que tem por objetivo obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos através de procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens. Ainda em Bardin (1988):

Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática. Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar (BARDIN, 1988, p. 16).

Para isso, inicialmente, propôs-se a construção de um corpus de documentos que foi submetido aos procedimentos analíticos, nesta ordem: pré-análise, exploração do material, e, por fim, o tratamento dos dados (BARDIN, 1988). A autora ainda salienta que, “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1988, p. 19).

Em complemento a Bardin (1988), Bauer (2003) faz a conexão com todo o sentido da pesquisa. Para ele, esse tipo de análise é

Uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada. [...] A validade da análise de conteúdo deve ser julgada não contra uma “leitura verdadeira” do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa (BAUER, 2003, p. 191).

Por fim, em Puglisi e Franco (2005, p. 25) “a finalidade da análise de conteúdo é produzir inferência, trabalhando com vestígios e índices postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos”. Assim, a contextualização dos temas deve ser entendida como um dos requisitos principais para a análise proposta, principalmente no que se refere aos materiais que compõe o acerto histórico da incubadora no decorrer dos anos, com as diferentes gestões administrativas que ela e a UFU possuíram.

3.2. Categorias de análise

Seguindo as orientações metodológicas de contidas em Bardin (1988), Bauer (2002) e Puglisi e Franco (2005), as leituras e conhecimento prévio do acervo histórico do Cieps/UFU possibilitou que a análise pudesse ser feita a partir de três blocos, que embora estejam intrinsecamente interligados, podem ser assim delimitados:

- Bloco I – História, lutas e desafios da implantação e funcionamento;
- Bloco II: Metodologia de Trabalho;
- Bloco III: Resultados e Contribuições;
- Bloco IV: Os efeitos da pandemia Covid-19.

Quadro 2 – Desdobramento das categorias de análise da pesquisa

Bloco de investigação	Informações e conteúdos a serem explorados
-----------------------	--

Bloco I - História, lutas e desafios da implantação e funcionamento;	Como foi o início da Incubadora? Onde e como ocorriam as reuniões? Quem eram os sujeitos e como eles participavam? Quais os principais desafios enfrentados na implementação da incubadora com relação aos empreendimentos incubados e com relação a IES? Quais as fontes de recursos da incubadora (IES e PRONINC)? Qual era a infraestrutura da incubadora?
Bloco II: Metodologia de Trabalho	Abordagem política, pedagógica e forma de organização do trabalho. Descrição da metodologia de incubação utilizada na incubadora. Como ela surgiu e se constituiu?
Bloco III: Resultados e Contribuições	Quais os resultados gerais do Cieps? Qual é a participação de estudantes, professores e técnicos? Qual foi a contribuição da incubadora em relação a ensino, pesquisa e extensão na IES? Como a incubadora contribui diretamente em disciplinas de graduação?
Bloco IV: A pandemia por Covid-19	Como se deu a adaptação da incubadora à pandemia deflagrada para a continuidade de suas atividades? Quais as perspectivas para a manutenção da assistência prestada pela incubadora frente à pandemia da Covid-19?

As categorias foram pensadas a partir do relatório final do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, que realiza a avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa, e desenvolvidas a partir do próprio trabalho. Para melhor definir e aprofundar cada bloco de análise apresenta-se o quadro 2 acima, com a proposta de identificar os principais temas e questionamentos investigados no decorrer do trabalho, bem como apresentar os conteúdos a serem explorados em cada categoria de análise definida.

4. RESULTADOS

4.1 Marcos históricos e desafios da implementação/funcionamento do Cieps/UFU

A Incubadora de Economia Solidária (INES) foi criada em 2004 como programa de extensão, e apenas após sua institucionalização pela UFU, em 18 de setembro de 2008, em reunião do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX), passou a se chamar Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps). O nome foi escolhido pelo coletivo de trabalhadores envolvidos no processo de institucionalização, que optou por incluir, também, o termo Economia Popular Solidária, a fim de ressaltar a contraposição das organizações produtivas assistidas ao modelo capitalista de produção.

Conforme ata da reunião que marcou o início simbólico do Cieps (ANEXO I), em 21/12/2004, foram levantadas as principais necessidades dos grupos interessados, e definido o planejamento a partir de conceitos principais, trabalhados por meio de seminários, relacionados aos temas políticas de extensão, economia solidária, cooperativismo e estruturação do plano de negócios.

Sua estruturação se deu a partir de financiamento da própria UFU e de emendas parlamentares e, após a aprovação pelo CONSEX, o Centro foi vinculado à PROEXC, com objetivo de consolidar atividades de assessoramento aos coletivos populares. A institucionalização do financiamento do Cieps se deu pelo Termo de Cooperação 10/2008, cuja perspectiva abrangia a formação de quatro cooperativas no Município de Uberlândia, bem como *a realização de ações formativas com grupos incubados, fortalecimento do Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, construção de redes de comercialização e produção na cadeia produtiva dos EES incubados, ampliação da participação de estudantes em eventos sobre o projeto, manutenção das atividades da incubadora de empreendimentos Solidários da UFU, e inclusão de 278 pessoas no processo cooperativo.*

O Cieps/PROEXC/UFU funcionava, à época, em prédio próprio designado pela UFU, localizado na Av. Francisco Vicente Ferreira, nº 560, Bairro Progresso, CEP 38408-102, em Uberlândia – MG. Conforme o seu regimento, a incubadora adotou como princípios a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a economicidade, a eficiência, a solidariedade, a alteridade, a responsabilidade e a gestão democrática.

Figura 1 – Acervo dos registros fotográficos de atividades e reuniões Cieps



Fonte: Relatório do Cumprimento do Objeto –FINAL – [complementar].

O fundamento do programa de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), enquanto atividade que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores associados e suas famílias, por meio da geração de trabalho e renda, é a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, sob a ótica da EPS.

Em Ituiutaba/MG, o Campus do Pontal foi inaugurado em 2007, tendo sido inaugurada em 2008 por docentes da unidade de ensino uma agência do Cieps voltada para a incubação de EES na região, com foco em organizações de artesanato, coleta seletiva de resíduos sólidos e agricultura familiar. Neste mesmo ano foram identificadas pelo Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Freps) 29 EES na cidade de Uberlândia e 46 na região (urbanos e rurais), cenário que demonstra a importância do Cieps/PROEXC/UFU como um organismo que fomenta e coloca em prática a política pública federal e estadual de economia solidária, com a força dos coletivos populares, especialmente diante da ausência de políticas cujo foco seja o suporte destes grupos envolvidos com a geração de renda com base na EPS.

Com relação ao Freps, o Fórum foi criado também em 2008, e estreitou sua parceria com o Cieps a fim de contribuir para a representação dos trabalhadores na busca por direitos e políticas públicas de economia solidária, assim como sua atuação econômica. Até os dias atuais, desde a sua formação, o Cieps atua assessorando coletivos populares de diversos segmentos, em seus diversos *campi*.

Outro importante Fórum para o desenvolvimento do Cieps foi o Fórum Permanente de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria, criado e implantado em 2001 durante o 1º Encontro Municipal de Sindicatos e Associações de Trabalhadores(as), Centrais Sindicais, Entidades Estudantis Secundaristas e Universitárias, e Organizações Não-Governamentais Ligados ao Mundo do Trabalho, Cultura e Cidadania, promovido pela PROEX da UFU.

Com a mobilização interna e externa em torno das atividades de extensão de intervenção político-pedagógica, e a consequente ampliação e consolidação dos grupos de trabalho, surgiu a necessidade de organização de Núcleos ou Centros de Formação, como foi o caso da Central dos Movimentos Populares do Triângulo Mineiro (CMP).

Com a criação da SENAES, em 2003, e com o avanço do grupo de trabalho formado no Fórum Olívia Calábria a fim de instituir a política de geração de trabalho e renda, começou a ser desenhado o projeto de extensão que em 2004 viria a dar origem ao Cieps. Ressalta-se que a partir de 2009 as atividades de extensão foram equiparadas às atividades de pesquisa, tornando possível que servidores técnicos administrativos da Universidade coordenassem projetos e programas extensionistas.

O Fórum Permanente de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria é um fórum consultivo que tem por objetivo a articulação, cooperação e o planejamento em conjunto de ações extensionistas em parceria com ONGs e sindicatos, associações de trabalhadores(as), entidades estudantis e prefeituras, que promove a democratização do conhecimento e a integração entre universidade e comunidade local, em busca de direitos humanos e inclusão social.

A UFU faz parte do Fórum com as diretorias de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da PROEX e com as coordenações dos Núcleos de Estudos da UFU, que são parceiros permanentes para o desenvolvimento das temáticas abordadas no Fórum. Dentre seus principais objetivos, está o de realizar a interlocução entre a UFU e as entidades da sociedade civil; identificar e atuar nas demandas dos movimentos sindicais e estudantis, desenvolver programas de formação de trabalhadores; promover o acesso ao conhecimento pelos sindicatos, associações e ONGs filiados; firmar convênios para o

alcance destes objetivos; incentivar projetos de ação comunitária; fortalecer as iniciativas de manutenção e alimentação de bancos de informações da UFU; valorizar a diversidade cultural e étnica; apoiar os movimentos sindicais na criação de políticas públicas voltadas para o trabalho; e implementar projetos em parceria com os governos municipais e estaduais, com foco na educação presencial e a distância.

Em razão de sua relevância, o Centro (antiga INES) foi parte do Plano de Expansão da UFU para o período 2008-2012, como pode se observar na Figura 2.

Figura 2 – Plano de Expansão UFU 2008-2012



Fonte: Relatório do Cumprimento do Objeto –FINAL – [complementar].

A fim de cumprir os objetivos propostos no Termo de Cooperação 10/2008, foram previstas, em 2008, 11 metas relacionadas a esse objeto: 1) formação de grupo cooperativo; 2) realizações de formação de sociopolítica educativa; 3) monitorar sistematicamente os processos de incubação; 4) estimular os empreendimentos incubados a integrarem o movimento social de economia popular e solidária; 5) integrar os empreendimentos no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável; 6) Mobilizar os empreendimentos para participar da construção do Plano Plurianual de Governo do Estado de Minas Gerais; 7) elaborar artigos científicos no meio acadêmico,

assim como participar de eventos científicos sobre a temática; 8) aprofundar a discussão sobre a economia solidária no interior da Universidade Federal de Uberlândia; 9) elaborar e implementar o Programa de Formação continuada para empreendimentos solidários da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no interior da Universidade Federal de Uberlândia; 10) potencializar o comércio dos produtores oriundos dos EES incubados; 11) estruturar o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários para o processo de incubação dos quatro Empreendimentos Econômicos Solidários – EES.

Conforme a Prestação de Contas Final do Termo de Cooperação No. 10/2008, elaborada pela incubadora em 2020, quanto ao atingimento ou não dos objetivos propostos, os objetivos 1 a 4, 7, 9 e 11 foram cumpridos integralmente; os objetivos 8 e 10 foram cumpridos parcialmente, pois ainda estão sendo desenvolvidos; e os demais, 5 e 6, não foram alcançados ou registrados.

O Cieps, desde a sua fundação, preocupou-se em observar, cotidianamente, as exigências administrativas com relação ao tratamento e arquivamento dos documentos comprobatórios referentes às suas atividades, o que contribuiu para o presente levantamento histórico. Quanto à sua estrutura, o Centro conta com uma secretaria administrativa e um sistema de arquivos físicos e digitais, além de utilizar o arquivo da própria Universidade para armazenagem de documentos de natureza corrente datados de mais de 5 anos.

Figura 3 – Grupos de trabalho Cieps





Fonte: Acervo Cieps.

Com relação às fontes de recurso para a execução das ações, as atividades são financiadas mediante a obtenção de recursos via editais de programas como PROEXT/SeSu/MEC, SEDESE/MG, PEIC/PROEX/UFU, MDS/PRONINC, entre outros. O Cieps recebe anualmente um investimento aproximado de R\$300.000,00, a maioria advinda da PROEXC UFU (86%), e o restante (14%) de fontes externas.

A incubadora recebeu, no período entre 2017 e 2020, via CNPq, R\$165.000,00, dos quais R\$100.000,00 foram destinados ao projeto “Apoio a continuidade dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários no município de Uberlândia e Região do Triângulo Mineiro (MG)”, financiado pelo MTb-SENAES/CNPq (2017-2019), e o restante para o projeto “Apoio a continuidade do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Federal de Uberlândia”, financiado pelo MCTIC/MAPA/MEC/SEAD - Casa Civil (2017-2020).

O regimento atual da incubadora foi aprovado em 2017 pelo Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UFU, como organismo da PROEXC, conforme a Resolução nº 02/2017. A resolução leva em conta a aprovação do Parecer nº 130/2016, a decisão administrativa nº 05/2008 do Conselho, que criou o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários, bem como a Resolução 04/2009 do Conselho Universitário, que estabeleceu a Política de Extensão na UFU, definida como um processo acadêmico que *articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e instrumentaliza a relação dialética, teoria/prática, por meio de um trabalho inter e transdisciplinar, que favorece uma visão global das questões sociais, viabilizando a relação transformadora entre Universidade e sociedade*.

Nos termos do art. 1º da Resolução, o Cieps tem a finalidade de contribuir para a emancipação dos trabalhadores organizados em coletivos populares, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de promover o desenvolvimento local pela geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. A partir do ano de 2020, o Cieps passou a possuir status de diretoria na PROEXC, como se vê na Figura 4, que representa os principais marcos históricos de sua criação.

Figura 4 – Linha do tempo: Marcos históricos Cieps



Fonte: Elaborado pela autora.

4.2. Metodologia de trabalho

Quanto à metodologia de incubação adotada pelo Cieps, a incubadora adota a sistemática de planejamento coletivo e de intervenção pedagógica com foco na formação político-jurídica, psicosocioeducativa e econômico-administrativa dos trabalhadores, a partir do desenvolvimento de ações de geração de emprego e renda pautadas pela contraposição ao modelo capitalista de produção.

O planejamento coletivo de um processo de incubação durante a vigência do termo de cooperação é constituído pelas seguintes ações permanentes: avaliação interna, aprovação e assinatura de Termos de Cooperação pela reitoria da UFU e empreendimentos incubados (adotada pelo Cieps a partir de 2012); elaboração de editais de seleção de bolsistas, conforme a necessidade dos projetos de incubação e de acordo com a legislação da Universidade, cuja remuneração pelo Proninc é condicionada à apresentação do plano de trabalho, comprovação de frequência e registro das atividades realizadas mensalmente; elaboração dos planos de trabalho para contratação e pagamento de pessoas e empresas prestadoras de assessoria técnica para os programas aprovados; reuniões periódicas da coordenação e lideranças das organizações assessoradas; e organização de equipes de incubação de acordo com os planos político-jurídico, psicosocioeducativo e econômico-administrativo.

Além disso, é necessária a realização de reuniões técnicas com equipe de bolsistas e assessores para discussão e planejamento das atividades, organização e participação em eventos; a realização do planejamento situacional dos empreendimentos a fim de definir seus objetivos, metas e estratégias; a implementação das atividades de incubação internas e das promovidas pelos empreendimentos para a comunidade; a promoção de reuniões de avaliação; a realização de reuniões de apresentação de informes de assuntos pertinentes; e o monitoramento e avaliação das estratégias adotadas conforme o planejamento e os objetivos da intervenção nos empreendimentos incubados.

Com relação às fases de incubação das associações, cooperativas ou empresas autogestionárias urbanas ou rurais, as mesmas não seguem uma ordem pré-definida, podendo ocorrer inclusive em paralelo, conforme a dinâmica interna de cada organização. Em um primeiro momento é feito um contato inicial com o grupo social beneficiário, em que são realizadas entre três e cinco visitas com duração de duas horas cada, além de reuniões, dinâmicas e palestras.

Após a reunião de apresentação do grupo, e a aprovação da proposta de trabalho, inicia-se o processo de conscientização e formação dos trabalhadores a respeito de

temas relacionados ao emprego e renda, exclusão social, políticas públicas e cidadania, com círculos e palestras que reafirmem a importância das associações, cooperativas e empresas autogestionárias como alternativa ao emprego formal.

Em seguida, é feita a formação do grupo social beneficiário, a fim de identificar os sujeitos do grupo, seu grau de companheirismo, de maturidade e de convicção no empreendimento, observando o envolvimento das pessoas nos processos de decisão. Há, na fase seguinte, um esforço voltado para a compreensão dos trabalhadores sobre o trabalho associativista, partindo do estudo sobre o trabalho, seu histórico e processos, especificidades e diferenças entre o capitalismo e a economia solidária, assim como outros conceitos como organização e saúde do trabalhador.

A próxima fase é a de avaliação de alternativas e de decisão sobre a atividade fim do empreendimento, em que são utilizados recursos pedagógicos, como pesquisas de dados, indicadores, análises e dinâmicas em grupo para identificar as habilidades individuais e de grupo dos sujeitos envolvidos, levando-se em conta os potenciais mercados e as alternativas inovadoras para o desenvolvimento local.

Posteriormente, inicia-se a fase de formação técnica, que promove a capacitação específica sobre cada etapa do processo produtivo e seus processos, com a interlocução entre teoria e prática; e de capacitação administrativa, que engloba a capacitação em ferramentas de autogestão, como a transparência, envolvimento efetivo, democracia interna, decisões em assembleias e a implementação e avaliação e redefinição de estratégias, além de debates sobre democracia, sobre a administração do empreendimento cooperativo, gestão contábil e financeira, planejamento e controle de produção, uso de tecnologias, preços e mercado, marketing, logística, entre outros temas.

A definição das estratégias do Cieps inclui o planejamento de ações específicas junto a órgãos públicos, assistência técnica oferecida pela UFU, elaboração de projetos para financiamento das ações, bem como as ferramentas para desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores incubados e suas famílias. O processo de assessoria e capacitação é formado por três fases integradas entre si, a pré incubação, a incubação e a pós incubação.

Na fase de pré-incubação são apresentados aos sujeitos das organizações os principais conceitos referentes aos riscos de empreender e aos princípios básicos da Economia Solidária, que reflete diretamente na dinâmica interna do empreendimento, uma vez que procura ressignificar os processos de tomada de decisão, o relacionamento

interpessoal, a gestão de recursos, entre outros temas. Assim, os sujeitos são convidados a expor suas expectativas e a formular coletivamente a Missão, a Visão e os Valores da organização. Neste momento é realizada a viabilidade de mercado e o estudo do negócio definido, a fim de enquadrá-lo na configuração jurídica mais adequada e de iniciar a elaboração do Plano de Sustentabilidade.

Na fase de incubação é criado o Plano de Sustentabilidade, onde são indicados os objetivos e indicados os caminhos e recursos necessários para atingi-los. A assistência técnica da Universidade, nesta fase, tem como foco o apoio na implementação dos objetivos planejados, para que as ações sejam aplicadas no plano concreto e com resultados capazes de melhorar o processo de tomada de decisão como um todo, para todos os envolvidos no projeto.

É nesta fase em que surgem os principais conflitos e contradições, próprios do período de transição entre o modelo capitalista e a economia solidária. Tais conflitos são característicos do processo e, por sua relevância e capacidade de conduzir os trabalhadores a um denominador comum, são valorizados e abordados de forma estratégica a fim de estimular o empreendimento a seguir em frente e a concluir a fase de implantação.

Por fim, na fase de pós-incubação, as organizações classificadas como maduras são desligadas da estrutura de incubação, a incubadora deixa de assistir e passa a acompanhar a tomada de decisão, ou seja, são incentivadas a exercer sua autonomia e seguir sem a interferência do Cieps, que permanece, no entanto, disponível para auxiliar e tirar dúvidas, e continua acompanhando os processos de transparência, a fim de verificar a manutenção dos princípios da economia solidária.

Após o fim do processo de incubação as organizações podem permanecer ligados ao Cieps como parceiros ou propor a incubação de novos projetos, que serão analisados novamente e, caso viáveis, iniciarão o ciclo de incubação. O resumo das atividades relacionadas a cada fase de incubação pode ser verificado no Quadro 3.

Quadro 3 – Quadro resumo das fases de incubação

TIPO DE AÇÃO	PRÉ-INCUBAÇÃO	INCUBAÇÃO	PÓS-INCUBAÇÃO
Formação	• Economia solidária • Significado de empreender e empreender coletivamente • Formato jurídico do empreendimento • Princípios da agroecologia (no caso dos agricultores)	• Bases para o plano de sustentabilidade: planejamento estratégico e seu desdobramento em planos de ação • Articulação para a participação nos processos decisórios para a criação e acesso a políticas públicas • Produção e comercialização • Processos de trabalho	• Fortalecimento do processo de tomada de decisão • Fortalecimento do espírito de coletividade e resolução de conflitos
Assessoria	• Criação das declarações de propósito (missão, visão e valores) • Análise do ambiente de mercado • Análise da viabilidade do negócio • Legalização jurídica do empreendimento • Orientação para acesso aos direitos sociais • Transição agroecológica (no caso dos agricultores)	• Planejamento dos processos administrativos – pessoas, finanças, processos de trabalho e de produção, marketing • Acompanhamento da implantação das ações dos processos administrativos • Acompanhamento jurídico da implantação dos processos • Acompanhamento da dimensão do relacionamento interno dos trabalhadores • Desenvolvimento e implantação de controles: avaliação de ações, demonstrações contábeis, replanejamento	• Apoio à prática dos controles e replanejamento

Fonte: Relatório de Gestão Cieps 2017-2020.

Com relação aos conhecimentos articulados pela metodologia de incubação do Cieps, os mesmos podem ser divididos em três eixos principais: Sustentabilidade, Psicossocioeducativo e Jurídico.

No que se refere à Sustentabilidade, trata-se do processo que tem como finalidade a “inserção socioeconômica dos empreendimentos, reconhecendo os mercados como espaços dinâmicos de troca que precisam ser ocupados com ofertas que reflitam os desejos e as necessidades de grupos de clientes devidamente reconhecidos e vistos como oportunidades” (CIEPS, 2020).

A ocupação de mercado, no entanto, deve se dar em conformidade com os princípios da Economia Popular Solidária, o que implica que os empreendimentos busquem o equilíbrio entre as estratégias financeiras, sociais e ambientais definidas coletivamente.

Quanto ao processo Jurídico, é feito um estudo a fim de verificar a configuração jurídica das organizações, criando instrumentos e definindo o melhor formato jurídico para o formato em que querem trabalhar, especialmente para grupos informais.

O processo Psicossocioeducativo engloba a qualificação e integração social dos trabalhadores incubados e suas famílias, promovendo “a unidade política entre as lideranças dos diferentes empreendimentos ligados a áreas econômicas semelhantes” (CIEPS, 2020), a fim de viabilizar o direito de acesso a direitos sociais e contribuir para seu desenvolvimento social.

4.3. Frutos e resultados: as atividades realizadas pelo Cieps/UFU

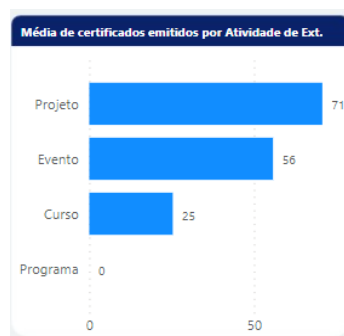
Partindo da premissa de que o Cieps tem como missão promover a Economia Popular e Solidária, assessorando Coletivos Populares que geram trabalho e renda dentro dos princípios da Economia Solidária, por meio da indissociabilidade entre Ensino, pesquisa e extensão, as atividades realizadas pela incubadora demonstram o potencial da discussão da temática na universidade e seu entorno.

Além da Feirinha Solidária da UFU, cuja promoção pelo Cieps acontece desde 2015, como uma ação extensionista com foco na ressignificação das relações de produção, distribuição e consumo a partir da lógica da EPS e da Agroecologia dentro dos *campi* da UFU, diversos são os frutos originados do trabalho exercido pela incubadora, que tem por objetivo desenvolver conhecimentos, cursos e assessoramento técnico e político para trabalhadores e grupos de agricultores envolvidos nas OPS incubadas, assim como a sociedade em geral.

Em termos de produção acadêmica, no período compreendido entre 2016 e 2020, conforme resultados divulgados pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFU pela plataforma Power BI (PORTAL PROEXC, 2021), foram desenvolvidos diversos programas e projetos cuja média de carga horária foi de 247,15 horas, atingindo um público direto médio de 218,36 pessoas. É importante ressaltar que a ferramenta Power BI possui uma lista reduzida dos projetos relacionados ao Cieps, uma vez que entra na listagem apenas as ações cadastradas diretamente pela incubadora.

De acordo com a plataforma, foram emitidos no total 132 certificados neste período, divididos conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 - Média de certificados emitidos por atividade de extensão



Fonte: Portal Proexc.

O quadro 4 apresenta o resumo da produção escrita e audiovisual entre 2017 e 2020, período em que foram publicados 145 produtos, entre livros e capítulos de livros, trabalhos de dissertação de curso, textos em periódicos, resumos, dentre outros.

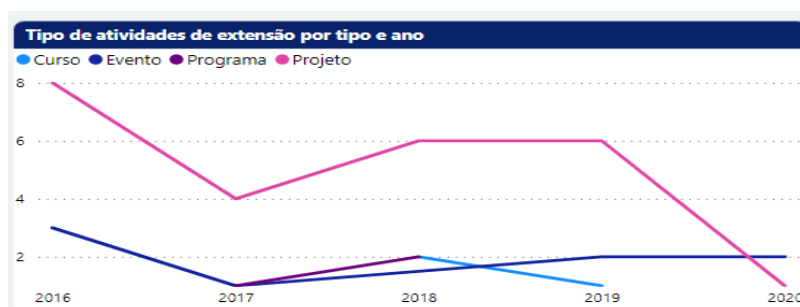
Quadro 4 – Produção CIEPS 2017 a 2020

TIPO DE COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE
Livros e capítulos de livros	22
Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses	27
Trabalhos publicados em periódicos	31
Trabalhos completos apresentados e publicados em congressos	26
Resumos publicados em anais de congressos	12
Produção audiovisual	23
Relatórios de pós-doutorado	4

Fonte: Relatório de Gestão 2017-2020 Proexc.

Com relação ao tipo de atividade de extensão realizada, a predominância no decorrer do período foi de uma maioria de projetos, como mostra o gráfico 2, com exceção do ano de 2020, ano em que foi deflagrada a pandemia Covid-19, em que foi desenvolvido apenas um projeto e ocorreram dois eventos, tendo predominado as atividades relacionadas ao projeto UFU em Casa.

Gráfico 2 – Tipo de atividades de extensão por tipo e ano



Fonte: Portal Proexc.

Quanto ao público atingido diretamente pelas ações do Cieps, a quantidade de pessoas variou entre um mil, em 2016, e 700 pessoas em 2020, atingindo um pico de 3.600 pessoas impactadas no ano de 2017, conforme o gráfico 3. A queda no público direto a partir de 2018 pode ser justificada, por exemplo, pela redução da quantidade de projetos, que se manteve em seis em 2018 e 2019, mas caiu para apenas um em 2020.

Gráfico 3 – Público direto por ano



Fonte: Portal Proexc.

Analisando o público direto atendido pelas ações quanto ao tipo de atividade, 752 pessoas, em média, foram atingidas pelos programas desenvolvidos pela incubadora, que envolveu também, em média, 2016 pessoas em projetos, 96 pessoas em eventos e 30 pessoas nos cursos realizados, conforme o gráfico 4.

Gráfico 4 – Média de público direto



Fonte: Portal Proexc.

Considerando a quantidade de atividades de extensão desenvolvidas no total, houve uma queda entre 2016, quando foram realizadas 11 ações, para 2017, que contou com apenas seis ações. A quantidade voltou a crescer em 2018, ano em que 10 ações foram executadas pelo Cieps, mas teve nova queda em 2019 e 2020, que contaram com nove e três ações, respectivamente, conforme demonstrado no Gráfico 5, tendo a menor quantidade de ações de 2020 relação direta com a pandemia da Covid-19.

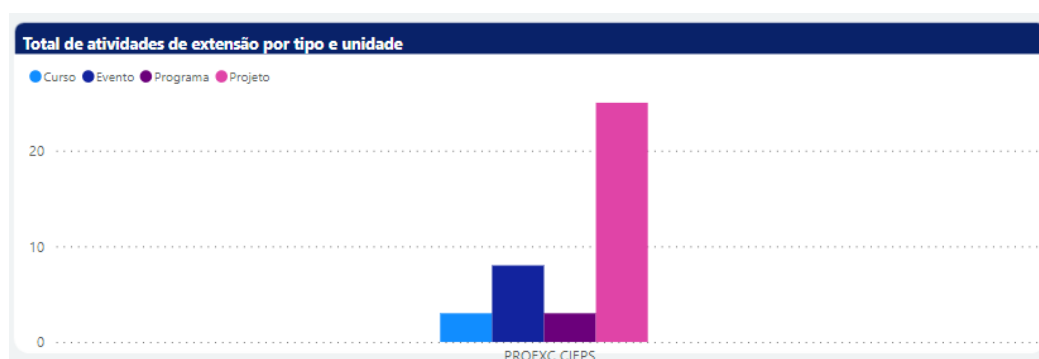
Gráfico 5 – Total de atividades de extensão por unidade e ano



Fonte: Portal Proexc.

O total geral de ações executadas pelo Cieps no período analisado (2016-2020) foi de 39 atividades, divididas em três cursos, oito eventos, três programas e 25 projetos, como pode ser verificado no gráfico 6.

Gráfico 6 – Total de atividades de extensão por tipo e unidade

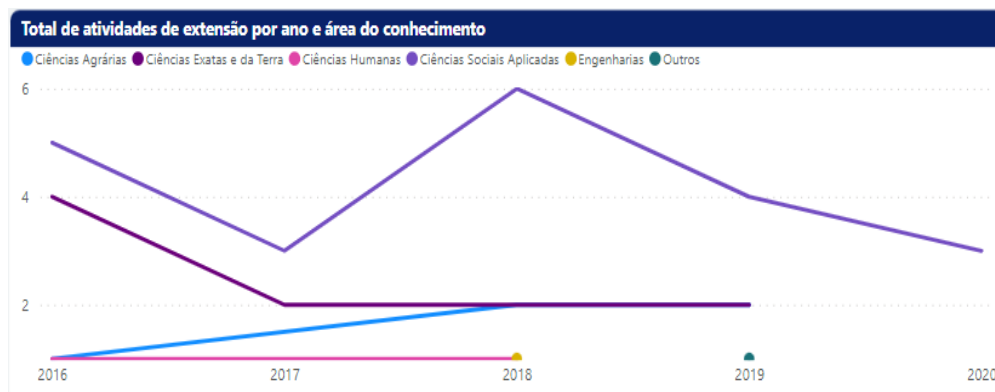


Fonte: Portal Proexc.

Em se tratando de áreas do conhecimento, a maioria das atividades de extensão desenvolvidas em todos os anos está relacionada às Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que esta é a área que abrange os principais projetos desempenhados pela incubadora. Em segundo lugar estão as ações classificadas como relacionadas às Ciências Exatas e da Terra, devido, também, a característica predominantemente

agrícola dos empreendimentos incubados. A classificação das atividades por área do conhecimento está demonstrada no Gráfico 7. A predominância das atividades voltadas para práticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental, comprovam a inclinação para o desenvolvimento de ações vinculadas a um movimento de conscientização em relação às práticas comerciais e ao uso de recursos ambientais.

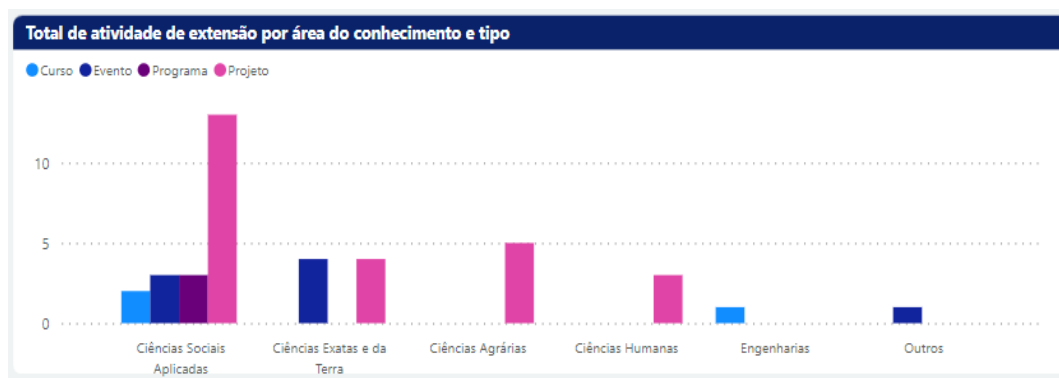
Gráfico 7 – Total de atividades de extensão por ano e área do conhecimento



Fonte: Portal Proexc.

Dentro de cada área do conhecimento, as ações se dividem, também, entre cursos, eventos, programas e projetos, conforme o Gráfico 8. Com relação às atividades relacionadas às Ciências Sociais Aplicadas, foram desenvolvidos 13 projetos, três programas, três eventos e dois cursos. A área de Ciências Agrárias e da Terra desenvolveu, por sua vez, quatro eventos e quatro projetos.

Gráfico 8 – Total de atividades de extensão por área do conhecimento e tipo

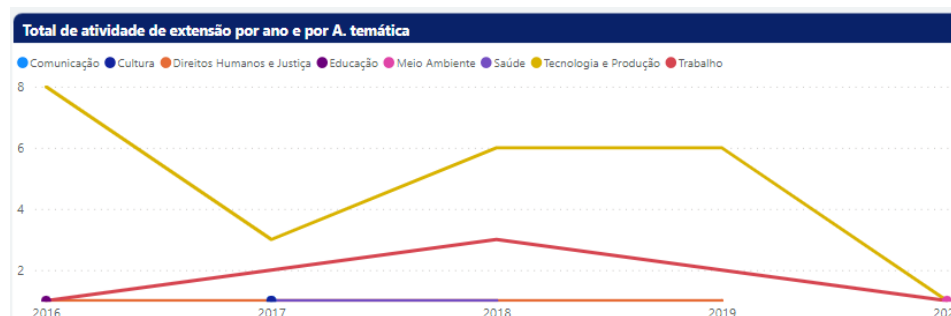


Fonte: Portal Proexc.

Ainda sobre a classificação das atividades em áreas de conhecimento, foi realizada uma subdivisão entre áreas temáticas, conforme o Gráfico 9, que permitiu

constatar a predominância das ações ligadas à área de Tecnologia e Produção, seguida pelas atividades relacionadas ao tema Trabalho.

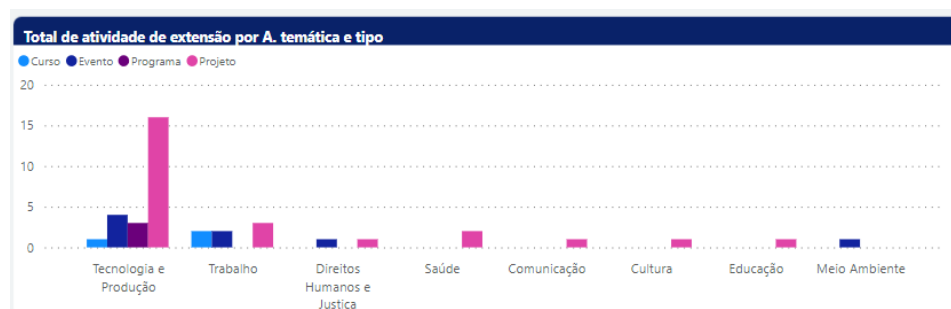
Gráfico 9 – Total de atividades de extensão por ano e área temática



Fonte: Portal Proexc.

O Gráfico 10, por sua vez, demonstra quais foram os tipos de atividades realizadas, de acordo com as áreas temáticas. As atividades relacionadas ao tema Tecnologia e produção se dividiram entre 16 projetos, quatro eventos, três programas e um curso, enquanto a temática Trabalho contou com dois cursos, dois eventos e três projetos. A área de Direitos Humanos esteve relacionada com um evento e um projeto, seguida, em número de ações, pela temática Saúde, que foi o assunto de dois projetos. As áreas de Comunicação, Cultura e Educação tiveram um projeto, e a área de Meio Ambiente desenvolveu um evento.

Gráfico 10 – Total de atividades de extensão por área temática e tipo



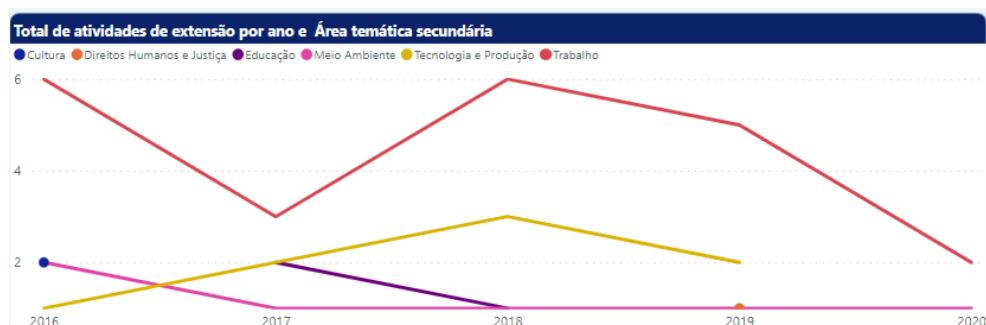
Fonte: Portal Proexc.

Analisando, ainda, a área temática secundária abrangida pelas atividades, percebe-se, conforme o Gráfico 11, que a maioria das ações do período está de alguma forma relacionada ao tema Trabalho, seguido pelo tema Tecnologia e Produção e pelos temas Meio Ambiente e Educação. Esta síntese caracteriza de forma fidedigna o

propósito do Cieps e das ações realizadas, uma vez que se trata de um processo de incubação tecnológico com objetivo de ressignificar os meios de produção, gerando trabalho e renda, e promovendo a consciência ambiental a partir da educação.

Neste sentido, percebe-se o papel do Cieps em formar os coletivos assessorados, através da incubação e do apoio a produtores familiares e suas organizações produtivas, sobre o campo do trabalho, relacionado a formas de produção de a renda financeira mas que atuem dentro das diretrizes da Economia Solidária.

Gráfico 11 – Total de atividades de extensão por ano e área temática secundária



Fonte: Portal Proexc.

Foi realizada também uma busca das atividades não vinculadas ao Cieps cadastradas no Siex mas que possuem como tema central a atividade da incubadora. Isso se dá pelo fato de que, diante da indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino, as unidades acadêmicas também registram atividades, projetos e programas, e os mesmos ficam atrelados ao departamento que realizou o registro, e não ao Cieps.

No ano de 2021, foram registrados seis projetos/programas de extensão relacionados à Diretoria Cieps no SIEEX, conforme discriminado no Quadro 5:

Quadro 5 – Atividades Cieps em 2021

REGISTRO	TÍTULO	UNIDADE	STATUS	TIPO	ANO
23376	Feirinha Solidária da UFU	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - CIEPS	Deferida pela PROEXC	Projeto	2021
23397	NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - CIEPS	Deferida pela PROEXC	Programa	2021
23398	CIEPS - INCUBAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS NA PERSPECTIVA DA EXTENSÃO	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - CIEPS	Deferida pela PROEXC	Programa	2021

	UNIVERSITÁRIA, NA INDISSOCIABILIDADE COM O ENSINO E A PESQUISA				
24191	Organização da Produção de alimentos saudáveis processados pela agricultura familiar em transição agroecológica	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - CIEPS	Deferida pela PROEXC	Projeto	2021
24539	Re-existências: interseccionalidades entre gênero, cultura, étnico-racial e agroecologia na formação com povos e comunidades tradicionais a partir da Economia Popular Solidária	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - CIEPS	Deferida pela PROEXC	Programa	2021
24655	CIEPS/Patos de Minas - INCUBAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS NA PERSPECTIVA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - CIEPS	Deferida pela PROEXC	Projeto	2021

Fonte: Portal Proex.

A fim de englobar todo o universo de atividades relacionadas à incubadora, a pesquisa foi feita no Portal Siex a partir dos seguintes termos: Cieps, incubadora, economia popular solidária, cooperativas, cooperativismo, autogestão, agroecologia, e obteve 174 resultados.

Os dados obtidos a partir da pesquisa pelas palavras chaves foram trabalhados a fim de filtrar as ações referentes aos anos de 2016 a 2021, que totalizaram 107 resultados. Em seguida foram excluídos os projetos vinculados à Unidade Cieps, uma vez que estes já estão relacionados nos dados analisados no Portal Proex (Power BI), restando um total de 70 projetos. Em seguida, foi feito um novo filtro qualitativo a fim de identificar quais dos projetos e programas são realmente relacionados ao Cieps, e excluídos registros duplicados, totalizando 60 resultados ao final.

O Quadro 6 relaciona as atividades vinculadas ao eixo temático da incubadora, mas que foram cadastradas no Portal Siex com parâmetro relacionado à outras unidades, de modo que deixaram de ser contabilizadas nos resultados oficiais da incubadora.

Quadro 6 – Atividades relacionadas à incubadora e economia solidária 2016-2021

REGISTRO	ANO	TÍTULO	TIPO	INICIO	TERMINO	UNIDADE
13583	2016	Melhoria da cadeia do leite aplicando as melhores práticas para a padronização de processos em propriedades familiares de Ituiutaba e região	Projeto	1/3/2016	31/12/2016	Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
13664	2016	PRATICANDO AGROECOLOGIA NAS ESCOLAS DO CAMPO	Projeto	01/03/2016	31/12/2016	Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

14018	2016	(Re)Pensando e (re)construindo o olhar da Psicologia no Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários: saberes e práticas	Projeto	25/4/2016	30/9/2016	Instituto de Psicologia
14050	2016	Geração de conhecimentos sobre Gestão para trabalhadores-empresendedores incubados no CIEPS	Projeto	1/2/2016	2/7/2016	Faculdade de Gestão e Negócios
14053	2016	Inclusão Digital para agricultores e trabalhadores originários de cooperativas ou associações de reciclagem e arte-cultura popular incubados no CIEPS	Projeto	1/3/2016	30/6/2016	Faculdade de Gestão e Negócios
14284	2016	CURSO DE COMERCIALIZAÇÃO & MERCADOS	Projeto	1/6/2016	30/7/2016	Faculdade de Gestão e Negócios
14317	2016	II Fórum Unipsico Uberlândia "Diálogos e Práticas Psicológicas"	Evento	15/9/2016	17/9/2016	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - DIREC
14400	2016	Desenvolvendo o cooperativismo em Capinópolis na economia solidária	Projeto	1/7/2016	15/12/2016	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - DIREC
14553	2016	Geração de conhecimentos sobre Gestão para trabalhadores-empresendedores incubados no CIEPS	Projeto	1/8/2016	14/12/2016	Faculdade de Gestão e Negócios
14623	2017	VI Semana BioCientífica - IX Seminário de Práticas Educativas das Ciências Biológicas: Agroecologia - Ciência, educação e humanidade	Projeto	04/07/2017	07/07/2017	Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
15102	2016	1ª Roda de Conversa sobre Sementes Crioulas	Curso/ Oficina	24/6/2016	25/6/2016	Instituto de Ciências Agrárias
15263	2017	Geração de conhecimentos sobre Gestão para trabalhadores incubados no Cieps	Projeto	3/4/2017	4/8/2017	Faculdade de Gestão e Negócios
15459	2017	Assistência técnica e valorização da segurança alimentar em apoio aos agricultores da feirinha solidária agroecológica da UFU – Monte Carmelo	Projeto	01/07/2017	31/08/2017	Instituto de Ciências Agrárias
15469	2017	PROAEX 2017 - Feirinha Solidária Agroecológica UFU - campus Monte Carmelo	Projeto	01/07/2017	31/12/2017	Instituto de Biotecnologia
15486	2017	Semana Nacional do Produto Orgânico - UFU/Campus Monte	Projeto	30/05/2017	01/06/2017	Instituto de Biotecnologia

		Carmelo - 2017				
15621	2018	BIOCERRADO: TROCA DE SABERES AGROECOLÓGICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR	Projeto	01/02/2018	30/11/2018	Instituto de Química
15715	2018	ALIMENTOS BIOFORTIFICADOS: promoção da segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Monte Carmelo-MG	Projeto	01/02/2018	30/11/2018	Instituto de Biotecnologia
15717	2018	Produção de plantas medicinais em sistemas agroflorestais	Projeto	01/02/2018	30/11/2018	Instituto de Ciências Agrárias
15810	2017	Vivência Agroflorestal no Sítio Mangueiras	Evento	01/09/2017	31/10/2017	Instituto de Ciências Agrárias
15920	2017	Diálogos Agroecológicos do Laboratório de Solos: Agroecologia em Questão	Projeto	27/09/2017	27/09/2017	Instituto de Geografia
16038	2017	POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	Projeto	1/4/2017	30/6/2017	Faculdade de Gestão e Negócios
16039	2017	Geração de conhecimentos sobre Gestão para trabalhadores incubados no Cieps	Projeto	21/8/2017	22/12/2017	Faculdade de Gestão e Negócios
16408	2017	Desenvolvendo o cooperativismo em Capinópolis na economia solidária	Projeto	2/10/2017	2/4/2018	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - DIREC
16420	2017	Projeto de Economia Popular Solidária-CIEPS-Pontal	Projeto	2/10/2017	2/10/2018	Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
16475	2017	Capinópolis Solidária Continuação - Oficina de operacionalização da capacitação de grupos populares	Evento	3/10/2017	3/10/2017	Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
16850	2018	Cooptal: Estruturando a Produção Cooperativa - Versão 2018	Projeto	15/1/2018	30/11/2018	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social
16936	2018	Acompanhamento técnico a agricultores agroecológicos na região do Alto Paranaíba/Triângulo Mineiro	Projeto	01/05/2018	31/12/2018	Instituto de Biotecnologia
17095	2018	Geração de conhecimentos sobre Gestão para trabalhadores incubados no Cieps	Projeto	2/1/2018	31/7/2018	Faculdade de Gestão e Negócios

17260	2018	IX Ciclo de Debates sobre o Meio Ambiente: Desafios para as transformações socioambientais a partir da agroecologia	Projeto	11/06/2018	13/06/2018	Instituto de Ciências Humanas do Pontal
17296	2018	III Fórum Técnico Ambiental	Evento	18/06/2018	19/06/2018	Escola Técnica de Saúde
17578	2018	PROAEX 2018 - Continuidade da Feirinha Solidária Agroecológica UFU - campus Monte Carmelo	Projeto	1/9/2018	30/11/2018	Instituto de Biotecnologia
17619	2018	I RODA DE CONVERSA PROJETO BIOCERRADO: TROCA DE SABERES AGROECOLÓGICOS	Evento	26/06/2018	26/06/2018	Instituto de Química
17683	2018	Oficina dos Pilares da Economia Solidária - Capacitação de grupos populares	Evento	18/7/2018	18/7/2018	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social
17791	2018	Geração de conhecimentos sobre Gestão para trabalhadores incubados no Cieps	Projeto	13/8/2018	22/12/2018	Faculdade de Gestão e Negócios
18617	2018	II RODA DE CONVERSA PROJETO BIOCERRADO: CONSTRUÇÃO DE SABERES PARA PRODUÇÃO DE BIOFERTILIZANTE	Evento	13/12/2018	13/12/2018	Instituto de Química
18766	2019	Assistência técnica para a agricultura familiar agroecológica no município de Monte Carmelo e região	Projeto	15/4/2019	31/7/2019	Instituto de Biotecnologia
18910	2018	Boas Práticas de Produção para a Agricultura Familiar	Evento	11/10/2018	11/10/2018	Instituto de Biotecnologia
19076	2018	Projeto de Economia Popular Solidária-CIEPS-Pontal	Projeto	2/10/2018	2/10/2019	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social
19388	2019	V JURA - JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA	Projeto	8/5/2019	10/5/2019	Instituto de Geografia
19412	2019	Melhoramento genético participativo de Tomateiro (<i>Lycopersicon esculentum</i>) na agricultura familiar do município de Monte Carmelo - MG	Projeto	01/05/2019	31/12/2020	Instituto de Biotecnologia
19674	2019	O estudo das condições socioambientais do	Evento	08/06/2019	08/06/2019	Instituto de Geografia

		assentamento Celso Lúcio Ferreira da Silva no município de Uberlândia-MG: suas contribuições para educoagroecologia				
19724	2019	Geração de conhecimentos sobre Gestão para trabalhadores incubados no Cieps	Projeto	1/8/2019	18/12/2019	Faculdade de Gestão e Negócios
20297	2019	Projeto de Economia Popular Solidária-CIEPS-Pontal	Projeto	2/10/2019	2/10/2020	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social
20321	2019	Continuidade da Feirinha Solidária Agroecológica UFU - campus Monte Carmelo	Projeto	13/9/2019	20/12/2019	Instituto de Biotecnologia
20377	2019	Cieps na Feira Municipal de Monte Carmelo	Evento	22/09/2019	22/09/2019	Instituto de Biotecnologia
21045	2020	Geração de conhecimentos sobre Gestão para trabalhadores incubados no Cieps	Projeto	1/2/2020	31/7/2020	Faculdade de Gestão e Negócios
21194	2020	A Tua Práxis: debates e contribuições para resistir e transformar - Em tema: Questão Agrária, Agroecologia e Economia Solidária	Evento	01/02/2020	21/02/2020	Faculdade de Gestão e Negócios
21321	2020	Projeto de Economia Popular Solidária-CIEPS-Pontal	Projeto	12/3/2020	11/3/2021	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social
21401	2020	Técnicas de análise de projetos de investimentos – um estudo de caso em na Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda – Cooxupé	Projeto	9/3/2020	18/3/2020	Faculdade de Gestão e Negócios
21402	2020	Análise de Projetos de Investimentos – um Estudo de Caso na Bom Jesus Cooperativa Agroindustrial	Projeto	9/3/2020	18/12/2020	Faculdade de Gestão e Negócios
21408	2020	Análise da viabilidade de criação de uma filial da Cooperativa Agrícola de Unai Ltda – Coagril no município de Montes Claros - MG	Projeto	9/3/2020	18/12/2020	Faculdade de Gestão e Negócios
22721	2020	Assistência ao cultivo e comercialização da produção agroecológica e orgânica - Campus Monte Carmelo	Projeto	26/10/2020	30/04/2021	Instituto de Biotecnologia

22982	2021	Uso de corantes naturais em Instituições de Saúde (Cores da Esperança).	Projeto	1/12/2021	1/12/2022	Faculdade de Medicina
23375	2021	Geração de conhecimentos sobre Gestão para trabalhadores incubados no Cieps	Projeto	1/3/2021	30/6/2021	Faculdade de Gestão e Negócios
23513	2021	Projeto de Economia Popular Solidária-CIEPS-Pontal	Projeto	1/4/2021	31/3/2022	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social
23546	2021	Pelo Fortalecimento da Prática do Manejo Ecológico do solo - Agroecologia na Pauta da Reforma Agrária!	Projeto	01/01/2021	17/12/2021	Instituto de História
24415	2021	Geração de conhecimentos sobre Gestão para trabalhadores incubados no Cieps	Projeto	13/7/2021	30/11/2021	Faculdade de Gestão e Negócios
24416	2021	CURSO DE COMERCIALIZAÇÃO & MERCADOS	Projeto	13/7/2021	31/8/2021	Faculdade de Gestão e Negócios
25228	2021	Conceitos em Agricultura Orgânica agroecológica e agroecossistemas	Curso/Oficina	4/11/2021	19/11/2021	Instituto de Ciências Agrárias
25440	2021	Momento de formação: ações do Cieps com os agricultores familiares da região	Evento	02/12/2021	02/12/2021	Instituto de Biotecnologia

Fonte: Portal Proex.

Percebe-se, a partir destes dados, a importância do tema também em outras Unidades e disciplinas de graduação, uma vez que diversos são os departamentos vinculados a pesquisas que possuem, em maior ou menor grau, relação com o trabalho desenvolvido pela incubadora, com o cooperativismo ou com a economia solidária.

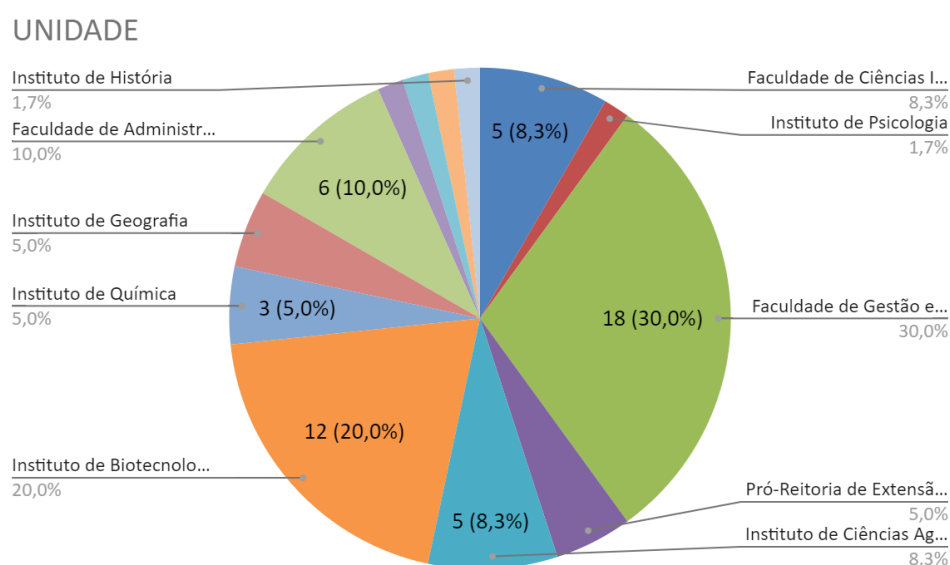
Além da Faculdade de Gestão e Negócios, onde foram registradas 18 atividades (30% do total de atividades registradas em outras unidades), o Instituto de Biotecnologia, com 12 atividades (20% do total) e a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social, com 10 atividades (10% do total) foram os que mais tiveram produções vinculadas à EPS e agroecologia, conforme demonstra o Gráfico 12.

Estes dados demonstram, também, que o sistema de busca adotado pelo Power BI não retrata de maneira fidedigna a atuação do Cieps, uma vez que diversos projetos constam no Siex, apenas, e estão relacionados à Unidade Acadêmica ou administrativa

que propôs e registrou a ação, sem levar em conta o envolvimento e o trabalho da incubadora nestas atividades.

Existe, portanto, uma lacuna que representa, também, uma necessidade de que a ferramenta de busca seja sensível a estas particularidades, uma vez que o Cieps não é apenas o receptor destes projetos, mas também coprodutor e apoiador, mas os mesmos não estão vinculados à incubadora no banco de dados. Considerando que, para que recebam recursos e financiamento, as Unidades Acadêmicas dependem dos indicadores de produção como atividades de extensão e publicação, esta contagem deve ser feita de forma mais sensível para que os projetos contem tanto para a Unidade quanto para o Cieps, que estimulou e auxiliou sua realização.

Gráfico 12 – Atividades registradas no SIEX com a temática EPS entre 2016-2021 por unidade



Fonte: Elaborado pela autora.

Para o desenvolvimento de suas atividades, o Cieps conta com o apoio de toda a comunidade acadêmica, formada por professores, pesquisadores, extensionistas, técnicos e discentes de diferentes unidades acadêmicas da UFU, articulados nas unidades dos municípios nos quais a UFU atua regionalmente.

Da mesma forma, as ações registradas pelas Unidades Acadêmicas mencionadas contaram com recursos da incubadora, na medida em que se tratam de ações transversais e transdisciplinares, sendo necessário que a Proexc pense em melhorias na plataforma para que a busca na ferramenta disponibilizada pela Universidade traga

informações e dados que fazem jus a realidade, aplicando um filtro transversal e um olhar mais abrangente sobre esta plataforma de transformação social.

Com relação aos frutos produzidos para além da Universidade, entre 2017 e 2020 foram assessoradas 17 organizações, conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Organizações assessoradas pelo Cieps 2017-2020

OPS e público alvo	Campus responsável	Status
AMA E AFAGA Grupo de Mulheres	Uberlândia	Pré-incubação
ARCA – Associação dos Recicladores e Catadores Autônomos Uberlândia	Uberlândia	Pós-incubação
ARQTOV – Associação dos Remanescentes Quilombolas das Famílias Teodoro de Oliveira e Ventura	Patos de Minas	Pré-incubação
Associação dos Mandaleiros de Uberlândia Agricultores familiares	Uberlândia	Incubação
Comunidade Terapêutica Nosso Lar Mulheres ex-usuárias de álcool e drogas	Patos de Minas	Pré-incubação
COOPERCICLA Catadores de Recicláveis Ituiutaba	Pontal	Pós-incubação
COOPERSAFRA Agricultores familiares	Uberlândia	Incubação
COOPSOAP Cooperativa de sabão Mulheres urbanas Capinópolis	Pontal	Pré-incubação
COOPTAL Catadores de Recicláveis Capinópolis	Pontal	Incubação
CORU Catadores de Recicláveis	Uberlândia	Pós-incubação
Defensoria Pública de Ituiutaba	Pontal	Parceria para atendimento às trabalhadoras e trabalhadores
Escritório de Projetos Sociais do Campus de Patos de Minas: uma proposta de formação de gestores de projetos sociais à luz da política de extensão da UFU.	Patos de Minas	Incubação
Feirinha Solidária da UFU	Uberlândia	Coletivos em acompanhamento de geração de trabalho, renda e reconhecimento social
Feirinha Solidária Agroecológica da UFU Monte Carmelo	Monte Carmelo	Coletivos em acompanhamento de geração de trabalho, renda e reconhecimento social
OCS AMU Organização de Controle Social dos Agricultores Agroecológicos de Uberlândia	Uberlândia	Incubação
OSNACEM - Organização de Controle Social dos Agricultores Agroecológicos de Monte Carmelo	Monte Carmelo	Incubação
OSEB – Obras Sociais Eurípedes Barsanulfo	Patos de Minas	Pré-incubação

Mulheres em situação de risco		
COOPROSOL - Cooperativa de produtores de economia mista e solidária da agricultura familiar de Monte Carmelo e região	Monte Carmelo	Pré-incubação - Consultorias e opiniões

Fonte: Relatório de Gestão Cieps 2017-2020.

Os coletivos assessorados foram alvo de ações de formação relacionadas aos temas: transição agroecológica; organização da produção; comercialização e mercados; Economia Popular Solidária; boas práticas de manipulação de alimentos; custeio e precificação de alimentos; e introdução à informática para catadores de recicláveis.

Ainda, conforme o Relatório Final de Gestão, o Cieps teve participação ativa entre 2017 e 2020 nas seguintes redes de organização social:

Quadro 8 – Redes de Organização Social assessoradas pelo Cieps 2017-2020

Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Associação Brasileira de Agroecologia
Comboio de Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica do Sudeste
Rede Unitrabalho de incubadoras de economia popular solidária

Fonte: Elaborado pela autora.

O centro apoiou, no mesmo período, a realização de dez eventos, conforme o Quadro 9:

Quadro 9 – Eventos realizados com apoio do Cieps entre 2017 e 2020

EVENTO	ANO
53º Fórum de Pró-reitores de Extensão da Região Sudeste: “Incubadoras de base social”	2019
V JURA – JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA	2019
Etapas Municipal e Regional das Conferências Populares do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional	2019
IV Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI	2019
I Seminário Internacional do HISTEDBR	2019
XI Seminário Nacional do HISTEDBR	2019
Feira Regional da Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	2018/2019
Plenária Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	2018
III Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI: Os 100 anos da Revolução Russa	2017

Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalta-se, também, sua participação enquanto representante da UFU e da EPS nos eventos relacionados no Quadro 10:

Quadro 10 – Participação em eventos como representante da UFU entre 2017 e 2020

EVENTO	ANO
IV SIPPEDES – Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, FRANCA SP	2020
V Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca	2020
VIII Encontro Cacerence de Economia Solidária: processos participativos, organização comunitária-territorial e políticas públicas: “Comercialização e mercados na Economia Solidária”	2019
XI Congresso Brasileiro de Agroecologia: “Consumo Crítico e Solidário”	2019
Brincando e Aprendendo: Feira de Ciências: Ciência para a Redução das Desigualdades: Oficina Interativa “Agricultura Sustentável”	2018
Curso Pesquisa Participativa, Economia Solidária e Agroecologia: “Princípios da Economia Solidária (EPS) e suas relações com a agroecologia”	2018
III Encontro Goiano de Economia Solidária (EGESOL): PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	2018
III Fórum Técnico Ambiental: “Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário	2018
Simpósio de Ciências Agrárias e Ambientais SICAA	2018
III Semana Científica do Curso de Serviço Social FACIP/UFU	2017
III SIPPEDES Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, FRANCA SP	2018
Semanas de Ciência e Tecnologia	2017-2019

Fonte: Elaborado pela autora.

Além dos projetos e programas já listados, o Cieps é responsável pela organização e coordenação da Feirinha Solidária da UFU, ambiente que tem por foco a construção conjunta de oferta e demanda, convidando consumidores e produtores a refletir sobre consumo crítico e solidário dentro dos princípios da EPS. Além da Feira, a atividade *Você no Campo* leva consumidores acostumados ao trabalho urbano para conhecer os locais onde são cultivados os alimentos comercializados semanalmente na Feira, assim como a forma que os produtores vivem e se relacionam.

Por fim, os projetos financiados pelo CNPq executados no período permitiram o registro de duas inovações em nome do Cieps:

- i) SOUSA, R. M. S.; BETANHO, Cristiane. Sistema de Tecnologia Social Aplicado ao Gerenciamento da Produção Orgânica. 2017. Patente: Programa de Computador. Número do registro: BR512017000732-2, data de registro: 27/06/2017, título: "Sistema de Tecnologia Social Aplicado ao Gerenciamento da Produção Orgânica", Instituição de registro: INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
- ii) MESSIAS, B.; SOUSA, R. M. S.; BETANHO, C.; FARIA, S. C. Sistema de Tecnologia Social Aplicado ao Gerenciamento da Coleta Seletiva. 2016. Patente: Programa de Computador. Número do registro: BR512016001156-

4, data de registro: 30/08/2016, título: "Sistema de Tecnologia Social Aplicado ao Gerenciamento da Coleta Seletiva", Instituição de registro: INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Esses programas de computador foram desenvolvidos com participação de bolsistas e registrados no âmbito da Agência Intellecto da UFU, com a indicação de que, caso fossem comercializados, a renda advinda, excetuando a parte dos alunos, seria toda revertida para custear as atividades do Cieps.

4.4. A Pandemia da Covid-19 e seus reflexos na Economia Solidária: o Caso Cieps/UFU

A pandemia por coronavírus, denominada Covid-19, surgida na província Hubei de Wuhan (China) em dezembro de 2019, espalhou-se rapidamente pelo mundo. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou uma “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)” quando havia a confirmação de 7,7 mil casos e 170 óbitos localizados na China, além de 98 casos em cerca de 18 países, sendo 9 casos em investigação no Brasil (BRASIL, 2020a).

No Brasil, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde, de 03 de fevereiro de 2020 e publicada no Diário Oficial da União em 04 de fevereiro de 2020, em seu artigo primeiro, declarou “[...] Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional [...]” devido ao 2019-nCov. (BRASIL, 2020m). No dia 11 de março de 2020, foi oficialmente declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (BRASIL, 2020a).

Os sintomas iniciais da Covid-19 incluem febre, tosse, mialgia, fadiga, ou dispneia e nas fases posteriores. a infecção resulta em diversos sintomas e morbidades. Em situações mais graves, a patologia apresenta destruição de células pulmonares, trombose, hipercoagulação, dentre outras coisas que conduzem a síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA), subsequente fibrose pulmonar e falência de múltiplos órgãos. (POLLARD et al, 2020; WU, ZHAO, YU, 2020).

A Covid-19 exigiu a adoção de medidas a fim de diminuir a curva de contaminação e de mortes. Dentre essas medidas, destaca-se a utilização de máscaras, em alguns casos luvas, a utilização de álcool 70% para higienização de mãos e, por fim, o isolamento social, no sentido de reduzir o contato entre as pessoas infectadas com as não-infectadas (HU et al., 2021; POLLARD et al., 2020).

Diante de tal cenário, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, tratando da substituição de aulas presenciais, enquanto durasse a pandemia, por aulas realizadas em formato remoto por meios digitais disponíveis.

A partir daí, as universidades começaram os seus processos internos de adaptação e contingenciamento. Campos et al (2021) descrevem o comportamento da COPPEAD (Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro), em especial, na temática da educação, no fortalecimento das tecnologias e do EaD. Teixeira-de-Carvalho, Dias Júnior e Kruta-Bispo (2021) descrevem o processo de mudança organizacional e adaptação da Universidade Federal de Paraíba frente à Covid-19.

Nesse momento, as universidades brasileiras começam a se organizar para ofertar também atividades de extensão nesse formato remoto, dado que uma série de ações com a comunidade precisavam ser continuadas e algumas passaram a ser ainda mais necessárias no enfrentamento da pandemia, como as ações de humanização junto aos hospitais e as relacionadas a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e agricultura familiar.

A Universidade Federal de Uberlândia é uma fundação pública de educação superior pública e gratuita *multicampi* (sete *campi* em quatro Municípios distintos: Ituiutaba, Uberlândia, Monte Carmelo e Patos de Minas), localizada no Estado de Minas Gerais, interior do Brasil.

Figura 5 – Localização Geográfica da UFU



Fonte: Elaboração própria.

Segundo o Anuário de 2019 (UFU, 2019) a universidade possui um orçamento aproximado de R\$ 1 bilhão de reais com uma estrutura de três hospitais universitários, uma escola de educação básica (ESEBA), uma escola de educação profissional e de saúde (Escola Técnica de Saúde – ESTES) e 97 cursos de graduação, 73 cursos de Pós

Graduação entre mestrados e doutorados, totalizando aproximadamente 30.000 estudantes nos vários níveis e modalidades.

Na UFU¹, a PORTARIA REITO Nº 305, de 13 de março de 2020 estabeleceu a criação do Comitê de Monitoramento à Covid-19 no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Baseado nas instruções normativas e nas portarias anteriores por meio da Decisão Administrativa Reitoria Nº 1/2020 (de 16 de março de 2020), a partir da decisão do Comitê de Monitoramento à Covid-19, deliberou-se pela suspensão de aulas e demais atividades acadêmicas a partir de 18/03/2020, e replanejamento de atividades administrativas, como medida de prevenção à Covid-19.

Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Extensão e Culturas, por meio da PORTARIA PROEXC Nº 16 de 17 de março de 2020, que dispôs sobre ações de prevenção à transmissão da Covid-19 no âmbito das atividades de extensão e cultura da Universidade Federal de Uberlândia, declarou em seu artigo 1º a suspensão, enquanto perdurar a decisão do Comitê de Monitoramento da UFU à Covid-19, das atividades de extensão e cultura. A partir da PORTARIA PROEXC Nº 31, de 06 de julho de 2020, autorizou-se a modificação do plano de trabalho presencial das atividades de extensão em ações de natureza remota, enquanto durar o período de isolamento social durante o período do estado de pandemia da Covid-19.

A partir da PORTARIA REITO Nº 305, de 13 de março de 2020, o Comitê de Monitoramento apresentou os seguintes objetivos:

- I – Analisar os dados e as informações a fim de subsidiar as decisões dos gestores na definição de estratégias e ações adequadas para o enfrentamento de emergências;
- II – Propor medidas preventivas para evitar o contágio do novo coronavírus;
- III – Apresentar protocolo de gerenciamento de detecção de casos suspeitos da Covid-19 na UFU; e
- IV – Organizar campanhas de conscientização dos riscos e das medidas de higiene necessárias para evitar o contágio.

Nesse contexto, o Comitê de Monitoramento à Covid 19 da UFU também acompanha as ações adotadas pelos comitês locais dos Municípios de Uberlândia, Patos de Minas, Monte Carmelo e Ituiutaba, onde a UFU possui *Campi*.

Dentre as várias ações desenvolvidas pelo Comitê Covid19-UFU, apresenta-se no Quadro 11 o monitoramento da evolução dos casos e dos óbitos. Até meados de junho os municípios onde a UFU tem *campi* apresentaram 134.585 casos confirmados

¹ <http://www.ufu.br/comitecovid19/legislacoes>

de Covid-19 com 3.508 mortes. Desses municípios, destaca-se o município de Uberlândia, sede da Universidade: com uma população de 700 mil pessoas, em 30 de junho de 2021 apresentava 101.746 casos e 2.547 mortes.

Quadro 11 – Casos e Óbitos por Covid-19 até 30/06/2021

Município	População*	Casos	Óbitos
Uberlândia	669.097	101.746	2.547
Patos de Minas	153.585	14.979	461
Ituiutaba	105.255	13.364	334
Monte Carmelo	47.931	4.496	166
Total	975.868	134.585	3.508

Fonte: <http://www.ufu.br/comitecovid19>

*Estimativa IBGE para 2021.

Para um melhor entendimento dessa situação apresenta-se abaixo um acompanhamento evolutivo dos indicadores de casos (gráfico 13) e de mortes (gráfico 14) pela Covid-19 nos municípios em que a UFU estabeleceu seus *campi*. Nos gráficos, utiliza-se a média móvel de 14 dias devido ao tempo de incubação do vírus e é calculada a partir da soma dos casos registrados nos últimos 14 dias, dividido por 14. Dessa forma o gráfico mostra tendência (crescimento, estabilidade ou queda) e, a partir daí, pode-se verificar o comportamento da sociedade e as medidas governamentais tomadas de combate ao vírus.

No gráfico 13, tem-se a evolução dos casos de Covid-19. Nesse caso, a coluna variação (14 dias) mostra a média móvel dos casos de Covid-19 e é representada no gráfico pontilhado. Na coluna da esquerda tem-se a variação percentual dessa média. Como se pode verificar, tem-se uma tendência de aumento da incidência de casos a partir de maio/20 até meados de outubro/2020. No final do ano de 2020, período que coincidiu com as eleições municipais do país, houve publicização de menos casos. Somado ao período das festas de final de ano, o afrouxamento das medidas restritivas levou a um aumento expressivo de casos até meados de março de 2021.

Especificamente, nesse período verificou-se medidas mais duras como fechamento do comércio a partir de uma política Estadual de ondas restritivas (conhecidas como onda amarela, vermelha e roxa) para a região em que a UFU está localizada. Com a melhoria dos resultados e o afrouxamento das restrições (configurada prioritariamente pela pressão política dos empresários locais), a partir de maio/21 percebe-se uma nova tendência de crescimento.

Gráfico 13 - Evolução dos casos de Covid-19 de 17/08/2021 a 30/06/21



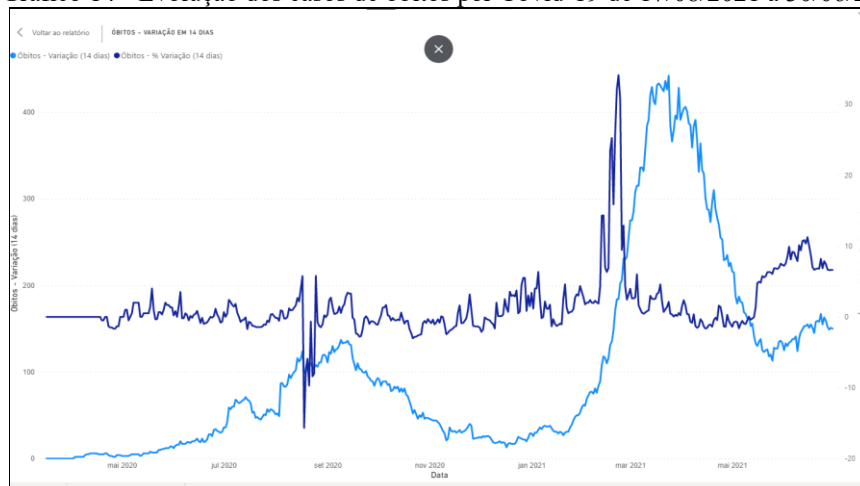
Fonte: <http://www.ufu.br/comitecovid19>

A vacinação na região começou muito tardia. Somente em 18/01/2021² houve a aplicação da primeira vacina no Estado de Minas Gerais. Enquanto a vacinação demorava, houve uma grande mobilização para abertura de leitos em enfermarias e UTI nos hospitais do Estado no sentido de atendimento aos pacientes mais graves (problemas respiratórios agudos). A partir daí, a vacinação seguiu a uma velocidade muito aquém da esperada (quando comparada a outros países de mesmo porte) e não há claramente uma previsão de vacinação da população como um todo.

Na mesma lógica do Gráfico 13, o Gráfico 14 apresenta a evolução dos óbitos por Covid-19 nos mesmos municípios onde há *campi* da UFU. Nesse gráfico, pode-se verificar claramente a presença das duas ondas amplamente divulgadas no mundo todo. A primeira onda com o pico em meados de setembro/20 e a segunda onda em meados de abril/21, sendo que a queda não foi muito grande, estabilizando-se próximo ao pico da primeira onda partir de maio/21 percebe-se um novo crescimento da quantidade de óbitos, configurando-se uma possível terceira onda.

² <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/noticias/240-minas-gerais-inicia-a-maior-operacao-de-vacinacao-da-sua-historia>

Gráfico 14 - Evolução dos casos de óbitos por Covid-19 de 17/08/2021 a 30/06/21



Fonte: <http://www.ufu.br/comitecovid19>

A partir dos números apresentados, casos e óbitos por Covid-19 verifica-se a correta decisão de suspensão das aulas presenciais e a adequação dos serviços para o modo remoto e EaD. Para um melhor entendimento, o formato remoto das atividades de ensino foi adotado tanto na graduação quanto na pós-graduação. Os professores receberam treinamentos para adaptar o ensino a distância e a UFU adquiriu licenças de ambientes virtuais de aprendizagem para a mediação.

Durante o segundo semestre de 2020, professores e alunos puderam adaptar-se ao novo formato, com a opção de adesão livre às atividades. Em 2021, o calendário foi retomado, indicando a obrigatoriedade de adesão a professores e alunos, que cursaram já um semestre letivo nesse formato e ainda cursarão o próximo (julho a novembro de 2021), dado que o comitê de enfrentamento à Covid indicou a necessidade da manutenção do afastamento físico até o controle da pandemia na região.

A Universidade Federal de Uberlândia adotou, como lema, “UFU: um bem público a serviço do Brasil”. Dentro desse contexto, a universidade organiza suas estruturas para atender a diversos públicos, dentre eles os movimentos emancipatórios da classe trabalhadora e iniciativas populares de geração de trabalho e renda.

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/UFU) tem por propósito contribuir, a partir dos princípios da Economia Popular Solidária, para a promoção do Bem Viver. Três conceitos chave aparecem nessa declaração de propósito do Cieps/UFU, dois explícitos e um implícito.

A Economia Popular Solidária (EPS) é entendida pelo Cieps/UFU e pelo Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS) como uma abordagem, acima de tudo, política, que questiona o modo de

produção capitalista, seus resultados sobre o bem-estar dos trabalhadores e seus impactos em relação ao desenvolvimento humano na sua totalidade, e pretende construir uma alternativa econômica em que os trabalhadores tenham poder de decisão sobre a produção e a distribuição do valor gerado pelo trabalho coletivo (BETANHO et al, 2018).

Segundo Alberto Acosta (2016), o Bem Viver apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de organizar a vida. Ao propor a superação do capitalismo, inscreve-se na linha de uma mudança civilizatória, forjando-se nos princípios da interculturalidade, da reciprocidade, da complementaridade, do regresso aos valores de uso e na oposição ao conceito de acumulação perpétua.

Na intersecção entre Economia Popular Solidária e Bem Viver impõe-se entender o conceito de Sustentabilidade. O Cieps/UFU adota a definição de Mészáros (2007:190), que afirma que o conceito está relacionado a "estar no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não somente sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos". A partir dessa visão de sustentabilidade, os princípios da EPS (autogestão, cooperação, dimensão econômica e solidariedade) tomam corpo como os pilares a partir dos quais a práxis da busca de uma outra sociedade, mais justa e solidária, pode se realizar no campo concreto.

O Cieps possui unidades nos *campi* dos quatro municípios a partir dos quais a UFU exerce influência na região – Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas e Uberlândia, e atua com trabalhadoras e trabalhadores dos segmentos de coleta de materiais recicláveis, ativistas da arte cultura popular e agricultoras e agricultores familiares.

Esse último grupo, desde 2010, tem se aproximado da pauta da agroecologia, entendida pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA, 2019) como um enfoque multidimensional e transdisciplinar que se propõe a estudar os processos de desenvolvimento a partir da perspectiva ecológica e sociocultural. Adotando o agroecossistema como unidade de análise, busca apoiar a transição dos modelos convencionais para estilos sustentáveis de agricultura e desenvolvimento rural.

Assim, Agroecologia é, ao mesmo tempo, um enfoque científico, teórico, prático e metodológico; e Movimento Social, posto que sua ação prática e política tem o propósito de influenciar e transformar, com o coletivo, a visão da sociedade sobre os

processos de produção e a relação dos mesmos com desgaste e/ou a preservação da natureza e da saúde.

Essa aproximação com a agroecologia se deu por meio do interesse dos agricultores e com a institucionalização de dois Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) a partir das unidades do Cieps em Uberlândia e Monte Carmelo. Com recursos coordenados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a partir da concertação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (extinto pelo atual governo), Meio Ambiente, Educação e Ciência e Tecnologia, os NEA/ Cieps têm desenvolvido desde 2013 ações articulando Agroecologia e Economia Popular Solidária.

Assim, o Cieps tem desenvolvido ações junto a coletivos de agricultoras e agricultores familiares camponeses, buscando apoiar a organização dos processos produtivos, organizativos e de realização da produção em sociedade, de forma que esses coletivos retenham para si o valor gerado pelo seu trabalho. O processo de transição agroecológica leva em consideração a ideia dos sistemas agroflorestais, buscando a recuperação dos espaços naturais.

Figura 6 – Encontro de mulheres agricultoras promovido pelo Cieps



Fonte: Acervo Cieps.

A região de influência da UFU (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais) está no centro do agronegócio brasileiro. O grau de degradação ambiental da região é alto, provocado pelo avanço das culturas de cana-de-açúcar, soja, laranja e pela prática pecuária. O estado de Minas Gerais possui um índice de degradação médio de

86%, isto é, a maior parte do seu território enfrenta problemas relacionados à degradação ambiental.

O processo formativo realizado a partir dos NEA/Cieps leva em consideração a necessidade de retomar o conhecimento sobre os ciclos da natureza e internalizar a produção de insumos, resgatando sementes e técnicas de controle de desequilíbrios ambientais e buscando aumentar a diversidade na produção de alimentos.

Assim, nesses espaços tem-se a produção de “comida de verdade” para as famílias de agricultores e a possibilidade de produção de excedentes para comercialização a famílias de trabalhadores urbanos. Ao lado de práticas ambientalmente ricas que produzem “comida de verdade” para o solo (pelo reaproveitamento de restos via compostagem) e para os demais seres vivos na natureza (pela presença de matéria orgânica abundante).

Durante os anos de 2013 a 2016, na vigência dos projetos de criação dos NEAs/Cieps, foram envolvidas 392 famílias de agricultores nas atividades de formação, como caravanas agroecológicas e rodas de conversa, seminários e nos cursos de agroecologia e comercialização, sempre a partir dos princípios da EPS.

Naquele período, 25 famílias se dispuseram a realizar a transição agroecológica e foram acompanhadas pela equipe de assessoria técnica da incubadora, o que produziu massa crítica de produção para a certificação dos mesmos como produtores orgânicos. A disponibilidade de alimentos oportunizou a criação de um projeto de comercialização a partir da ideia do consumo crítico e solidário.

O consumo crítico e solidário está ancorado no combate à degradação ambiental, por meio da escolha por adquirir produtos agroecológicos (no caso de alimentos) e produzidos localmente; no reconhecimento do trabalho, portanto privilegiando os espaços em que podem ser cultivados relacionamentos entre produtores e consumidores; e no cultivo de relações de solidariedade entre os trabalhadores que produzem e os que adquirem os produtos no processo de troca, respeitando a diversidade cultural, histórica e de valores dos grupos (BETANHO e FERNANDES, 2018).

Figura 7 – Oficina de artesanato promovidas pelo Cieps



Fonte: Acervo Cieps.

A Feirinha Solidária da UFU é um espaço de formação e relacionamento, dentro dos limites dos *campi* da Universidade Federal de Uberlândia, que foi fundado em 2015 a partir do amadurecimento desses grupos de agricultores que, desde 2010, participavam da transição agroecológica com o Cieps, recebendo assessoramento técnico e político na organização da produção, agregação de valor e comercialização direta dos alimentos.

A Feirinha Solidária da UFU é um projeto de extensão registrado na universidade que tem o objetivo de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que proporcionem aos trabalhadores envolvidos em OPS incubadas no Cieps e/ou nos programas e projetos desenvolvidos na incubadora e/ou no FREPS, ocupar espaços de mercado sem intermediários, superando a exploração por atravessadores e melhorando a renda dos trabalhadores. Semanalmente, consumidores e produtores se encontram para produzir trocas que vão para além daquela preconizada na economia de mercado - produto por dinheiro. Trocam-se vivências e esperanças de saúde e bem viver.

Sobretudo, pretende-se ir além da formação técnica para que se possa sociorreferenciar a relação dos trabalhadores do campo em relação aos seus pares da cidade, a partir da produção e do consumo de alimentos saudáveis, superando as

relações de dependências, avançando na construção de redes de produção e consumo crítico e solidário.

Figura 8 – Feirinha de Economia Solidária no Campus (Santa Mônica) da UFU



Fonte: Acervo Cieps.

Na Feirinha (figura 7), são comercializados desde frutas, verduras e raízes até doces, pães, bolos, queijos, farinhas e biscoitos. Os alimentos são produzidos pelos agricultores, que ofertam os mesmos no espaço da feira em bancas expositoras separadas por coletivos. Como o espaço está organizado a partir dos princípios da economia popular solidária, os trabalhadores são induzidos a cooperar, organizando a oferta sem sobreposições entre os grupos (isto é, evitar que todos levem o mesmo tipo de oferta no dia), de forma a não sobrar alimentos; e a estimar preços que não estimulem competição entre os coletivos.

Na mesma direção, a reflexão conjunta estabeleceu regra de não permissão da intermediação de produtos de outros agricultores que não pertençam aos grupos ou adquiridos em espaços comerciais, assim, apenas alimentos produzidos pelos próprios coletivos podem ser ofertados. A partir desse conjunto de compromissos, foi possível estabelecer uma base de cooperação entre os agricultores e de confiança entre eles e os consumidores, que confiam na origem dos alimentos ofertados.

A Feirinha completou quatro anos em novembro de 2019 com um conjunto de aproximadamente 100 famílias de trabalhadores, enquanto produtores e consumidores, semanalmente trocando experiências. Em Betanho et al (2020), foi apresentada reflexão sobre a visão dos consumidores sobre a Feirinha Solidária da UFU. Na ótica dos

mesmos, A Feirinha é indutora de novos hábitos alimentares saudáveis em que a cultura alimentar regional é valorizada, como o consumo de plantas alimentícias não convencionais (PANC). A proximidade com os agricultores é um fator motivador para a frequência ao espaço no mesmo nível em que valorizam a produção orgânica.

Quando declarada a pandemia, em meados de março de 2020, a UFU recomendou a suspensão de todas as atividades presenciais e inclusive dos projetos de extensão. No entanto, tendo em vista o caráter recíproco da Feirinha, a contribuição que alimentos saudáveis poderiam exercer sobre os sistemas imunológicos das pessoas, e ainda a manutenção da renda das famílias de agricultores, a atividade pôde ser continuada a partir de uma lógica de distanciamento social mediado pela tecnologia.

Foi organizado um processo de concertação de esforços para uma virtualização intermediária da feira, de forma a reduzir o contato físico, mas permitir a oferta e a aquisição dos alimentos. Para tanto, os agricultores passaram a organizar uma única lista de ofertas, em que são apresentados os alimentos em oferta na semana. Foram padronizados preços, pesos e outros indicativos de qualidade entre todos os agricultores para que a oferta fosse coletiva.

Figura 9 – Feirinha de Economia Solidária no Campus (Santa Mônica) da UFU durante a pandemia



Fonte: Acervo Cieps.

Foi criado um grupo em um aplicativo de mensagens e um e-mail a partir dos quais essa lista pudesse ser comunicada e os consumidores pudessem fazer as encomendas durante a semana.

Figura 10 – Cestos Solidários (kits de compra)



Fonte: Acervo Cieps.

Já existia um grupo de troca de informações em um aplicativo de mensagens, a partir do qual os consumidores e os agricultores trocavam fotos das plantações, identificações de plantas, receitas e outras impressões. Por esse grupo foi comunicada a suspensão da feira no formato presencial e a possibilidade de os consumidores realizarem encomendas, divulgando o link desse grupo de encomendas, chamado “Cestas Solidárias Cieps”.

Os consumidores fazem as encomendas durante dois dias da semana. Ato contínuo, os agricultores totalizam os pedidos e distribuem entre si os itens, de forma a dividir o conteúdo das encomendas. No sábado, os mesmos se reúnem e separam as cestas, e os consumidores vão até o espaço da UFU para retirá-las e efetuar o pagamento.

Com 15 meses de funcionamento nesse formato distanciado, a Feirinha Solidária da UFU conquistou novos adeptos que não conheciam o projeto no seu formato presencial, dada a colaboração dos consumidores frequentes, que indicam o espaço a amigos. Os agricultores têm atendido a uma média de 62 pedidos semanais, com valor médio de 80 reais.

4.5. Perspectivas de futuro: próximos passos e desafios

A medida em que foi ganhando espaço dentro da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, com status de Diretoria, o Cieps passou a contar com mais espaço a fim de ampliar sua estrutura física, com salas de formação e reuniões e uma agroindústria piloto para processamento de alimentos. O espaço dentro do campus era uma demanda histórica das trabalhadoras e trabalhadores incubados e parceiros e, agora conquistado, diversos são os desafios para a nova fase de trabalhos.

As perspectivas de futuro foram levantadas a partir da interação com membros da incubadora, bem como pelo contato da pesquisadora com os gestores das atividades de extensão e pela análise dos documentos e relatórios do acervo do Cieps.

Dentre eles, destaca-se a finalização da transição para a nova estrutura com as reformas e equipamentos necessários ao pleno funcionamento da incubadora; a atração de demanda qualificada de trabalhadoras e trabalhadores para a continuidade dos trabalhos do Cieps, relacionados aos segmentos já atendidos e também do campo da cultura; e o aprofundamento da troca de conhecimentos entre campos diferentes para aprimorar os resultados da sua prática extensionista, de forma a contribuir para a criação de conhecimentos e tecnologias sociais transdisciplinares, apropriadas à realidade e necessidade das OPS incubadas e Organizações Parceiras atendidas.

Além disso, a incubadora tem como desafio criar uma biblioteca de textos de Economia Popular Solidária, de forma a compilar e trocar informações com outras incubadoras e entre as unidades do Cieps; aprofundar a reflexão teórica e prática a respeito da EPS, criando um banco de conceitos relacionados que permita a comparação de resultados entre as unidades e com outras incubadoras; criar um modelo de diagnóstico que permita analisar os grupos e fazer comparações entre eles, a partir das unidades do Cieps e também para fora delas; e organizar um banco de projetos, a fim de se antecipar a editais de fomento.

Destacam-se, também, entre os próximos passos da incubadora, a realização e participação em eventos que unam trabalhadoras, trabalhadores, docentes e discentes que se organizam a partir dos princípios da EPS para além do raio de atuação da UFU, de forma a trocar experiências; a ampliação da participação do Cieps em Redes nacionais e internacionais de extensão, pesquisa e fomento à prática da EPS, de forma a aprofundar o reconhecimento da experiência de EPS desenvolvida na UFU e trazer novas abordagens para o desenvolvimento local.

Por fim, com a aprovação do Programa Institucional do Cieps no campo da extensão universitária indissociada do ensino e da pesquisa, e de dois programas no ano

de 2021 (incubação e NEA), a incubadora pretende, também, consolidar editais de fomento interno e recursos próprios, bem como criar um banco de projetos para buscar financiamento externo, além de fontes de recursos para a expansão de suas atividades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária pode ser entendida como um projeto de sociedade crítico à exploração do capitalismo, que se aprofundou ainda mais em tempos de pandemia, com o recrudescimento da fome, da pobreza, e do fenômeno cada vez mais recorrente da *uberização* do proletariado, que se refere à precarização das relações de trabalho.

Sem trabalho, sem vínculo, sem ação efetiva de um governo marcado pela orientação protofascista que não fala em solidariedade, nem sequer em trabalho, as incubadoras se apresentam como uma alternativa para um público que não possui, ou deixou de possuir, as qualificações hábeis para se tornarem empregados, ou seja, já estavam precarizados, excluídos do mercado de trabalho tradicional, e já dependiam do auto trabalho.

A EPS é, nesta perspectiva, uma oportunidade de organização destas atividades, do chamado empreendedorismo por necessidade, que não se pretende capitalista, mas sim unir esforços interna e externamente, junto à sociedade, a fim de superar a exploração, social e econômica, a partir da cooperação em favor do trabalhador.

A incubadora pretende, assim, ressignificar os instrumentos de gestão, e seu trabalho não é organizar empreendimentos cooperativos, uma vez que o foco não é o cooperativismo, mas sim a cooperação. Para tanto, disponibiliza formação técnica e política sociorreferenciada, pautada nos princípios da autogestão. Entende-se que é necessário questionar como se dão tanto os processos de produção como de reprodução em sociedade. Caso contrário, submete-se a construção da agroecologia aos processos de cooptação e subsunção de ideias do modo de produção capitalista.

A celebração de duas décadas de atuação do Cieps, assim como o reconhecimento da temática dentro da Universidade, com sua evolução de projeto de extensão para uma Diretoria incluída na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da instituição, demonstra a importância do seu papel em construir uma sociedade alternativa crítica ao capitalismo e suas estruturas, e de sua abordagem que permanece em construção e disputa.

O Cieps nasceu em 2004 como projeto de extensão e foi institucionalizado estrutura universitária em 2008, tendo seu regimento atual aprovado em 2017 pelo

Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UFU, vinculado como organismo da PROEXC, com previsão de recursos de estrutura e investimento nas atividades de assessoramento a coletivos populares. E, no ano de 2020, ganha status de diretoria na PROEXC, incorporando o desafio de buscar assessorar coletivos do campo artístico a organizar-se também a partir dos princípios da EPS.

No desenvolvimento de sua história, foram tecidas amizades e construídos e aplicados conhecimentos com o objetivo de contribuir para a construção de um novo ser humano e uma sociedade mais justa e solidária. Nesse caminhar, somos todos (docentes, discentes, técnicos administrativos, sociedade) aprendizes, fazedores e professores.

Colaboram com o Cieps professores, pesquisadores, extensionistas, técnicos e discentes de diferentes unidades acadêmicas da UFU, dos cursos de Administração, Gestão da Informação, Administração Pública, Educação, Jornalismo, Economia, Ciências Jurídicas, Design, Ciências Sociais, Serviço Social, Engenharias (Produção, Agrônômica, Ambiental e Florestal), Veterinária, Psicologia, Zootecnia e Nutrição, articulados nas unidades do Cieps nos municípios a partir dos quais a UFU atua regionalmente.

O Cieps ascende, a partir de 2020, a status de Diretoria na Pró-reitoria de Extensão e Cultura, ganhando espaço dentro do campus Santa Mônica para ampliar sua estrutura física com salas de formação, reunião e trabalho e uma agroindústria piloto para processamento de alimentos. Esse espaço dentro do campus era uma demanda histórica das trabalhadoras e trabalhadores incubados e parceiros do Cieps e agora, conquistado, indica desafios para a nova fase de trabalhos.

É sobre esse universo que esta reflexão se debruçou, com o objetivo também de apresentar as ações da Universidade Federal de Uberlândia no enfrentamento às consequências da pandemia, indicando resultados e possibilidades futuras de atuação em sociedade, em especial, nas ações de extensão envolvendo o movimento de Economia Solidária.

Ainda dentre os objetivos do trabalho, o estudo se propôs a apresentar a história e os principais resultados da incubadora, ressaltando seu papel na consolidação da EPS e no desenvolvimento sustentável das organizações incubadas. Para isso, foram retomados os principais marcos históricos de sua implementação, e feito um levantamento dos frutos originados dos projetos de extensão desenvolvidos junto à Universidade.

Ainda, o trabalho se dedicou a analisar a atuação do Centro dentro do cenário de pandemia da Covid-19, apresentando as ações desenvolvidas remotamente, bem como as perspectivas de futuro para a continuidade da intervenção do Cieps junto à instituição e à comunidade.

Assim, a presente dissertação se apresenta, enquanto produto tecnológico, como uma compilação de resultados e, portanto, um relatório técnico, tanto para arquivo do Cieps quanto para futuras consultas e desdobramentos, especialmente por apresentar como um de seus resultados um levantamento da metodologia utilizada pela incubadora, que pode ser replicada.

As limitações da pesquisa estão relacionadas à dificuldade de acesso aos dados constantes no SIEX/UFU, bem como na ferramenta Power BI disponível para consulta. Tal limitação impediu, por exemplo, a elaboração de um quadro totalizador das ações do Cieps. As dificuldades aumentaram a partir da pandemia ocasionada pelo SARS-COV-2, que implicaram no distanciamento social que levou servidores ao trabalho remoto, sem acesso a algumas das bases de dados que se encontravam localmente na UFU e no CIEPS. Outra limitação foi a escolha metodológica de consulta ao acervo do CIEPS.

Como indicação de futuras pesquisas, sugerimos o estudo aprofundado do impacto do CIEPS nas organizações incubadas e a realização de um comparativo entre sua atuação com a de outras incubadoras do Brasil e do Mundo. Em concordância com isso, sugere-se, ainda, a avaliação do CIEPS enquanto política de extensão da Universidade, em termos de programa permanente dentro da Pró-reitoria de Extensão na UFU.

Romper com a lógica atual requer uma reflexão constante sobre o mundo em que vivemos o que queremos construir. O lema do Cieps é "Solidariedade se realiza na Prática", na prática de todos os envolvidos, dentro e fora dos limites da Universidade. Precisamos continuar a apoiar as trabalhadoras e trabalhadores, enquanto produtores e consumidores, a construir conjuntamente oferta e demanda, isto é, aumentar a capacidade produtiva e com agregação de valor, a partir do estímulo constante de demanda qualificada - consumidores solidários, que participem com constância da vida dos trabalhadores, buscando politizar as relações de mercado.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
<https://doi.org/10.7476/9788578794880.0006>

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R.; SILVA, M.A.M. (orgs.) **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Quem Somos** (2019). Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BALEEIRO, A. **Uma Introdução à ciência das finanças**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BAUER, M. W. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 189-217.

BETANHO, C.; FERNANDES, J. E.; FELICE, E. O.; CONCEIÇÃO, José, R. L. **Agroecologia e Economia Popular Solidária para a Agricultura Familiar Camponesa**. Série Agroecologia: um novo ser humano é possível, v. 8. Uberlândia: UFU/PROECX/Cieps, 2018.

BETANHO, Cristiane; ROALCABA, Orly D.C.; FERNANDES, José E. Consumo crítico e solidário na ótica dos consumidores da Feirinha Solidária da UFU. **Cadernos de Agroecologia**, v.15, n.2, 2020.

BETANHO, Cristiane; et al. **Agroecologia e Economia Popular Solidária para a Agricultura Familiar Camponesa**. v. 8, p.1-48. (Série Agroecologia). Uberlândia: UFU/PROECX/Cieps, 2018.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV). Boletim Epidemiológico 2020; (02). Disponível Em < <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/07/BE-COE-Coronavirus-n020702.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2020a

BRASIL. Ministério da Educação. PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. 2020h. Disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em 14 abr. 2020b

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Política Nacional de agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm>. Acesso em 18 dez. 2018.

_____. **Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm>. Acesso em 18 dez. 2018.

_____. IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2009.

_____. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/item/526>> Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. **Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_origem.asp>. Acesso em: 12 mar. 2010.

_____. **Plano Nacional de Agroecologia e produção orgânica – PLANAPO**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo>>. Acesso 18 dez. 2018.

CAMPOS, R. D.; TAVARES, E.; CHIMENTI, P. S.; MARQUES, L. Desafios da Pandemia para o futuro da educação: O caso Coppead. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, n. N. Esp., p. 1-15, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021210062.por>

CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G. **Incubação de Cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho**. 2 ed. Palmas – TO: Futura, 2009.

CARVALHO, K. L. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos IPEA. CODE, 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf>. Acesso em 10 dez. 2018.

CASTRO, J. A.; OLIVEIRA, M. G. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COUTINHO, M. C. et al. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000100002>

CRUZ, A. É caminhando que se faz o caminho – diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. In: **Cayapa** – Revista Venezolana de Economía Social, Año 4. Mérida, CIRIEC Venezuela: 2004. pp. 36-55.

FEIJÓ, P. H; PINTO, L. F; MOTA, F. G. L. Curso de SIAFI – **Uma abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira**. 2 ed. Brasília: Coleção Gestão Pública, 2008.

FERNANDES, J. E.; BETANHO, C. (orgs). **Economia Popular Solidária Nosso Sul: a transformação pela solidariedade**. Uberlândia: Navegando, UFU, PROEXC, Cieps, 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, 2000.

GAIGER, Luiz I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, 2009. <https://doi.org/10.4000/rccs.401>

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

GUARESCHI, P. A.; VERONESE, M. V. Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 94-101, jan./mar. 2009.

GUIMARÃES, G. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

HU, B. et al. The cytokine storm and COVID-19. **J Med Virol.** v. 93, n.1, p. 250-256. Janeiro, 2021. <https://doi.org/10.1002/jmv.26232>

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MÉSZÁROS, I. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAIS, E. E. et al. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100005>

NOVAES, H. Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de economia solidária no governo Lula. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 6., São Paulo. **Anais.** São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M.; SANTOS, L. M. L. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p.189-206, jan./fev. 2015. <https://doi.org/10.1590/0034-76121833>

OLIVEIRA, C. R. **História do trabalho**. São Paulo: Ática, 2003.

PAES, N. L. **Carga tributária Brasileira** - Uma análise comparativa. Instituto Justiça Fiscal, 2010.

PINTO, I. C. M. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, 2008. KINGDON, 1995).

POLLARD, C. A. et al. The COVID-19 pandemic: a global health crisis. **Physiol Genomics.** v. 52, n. 11, p. 549-557. Novembro, 2020. <https://doi.org/10.1152/physiolgenomics.00089.2020>

PUGLISI, M. L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, S. P. A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo. **Revista Outra Economia**, Buenos Aires, v. 4, n. 7, 2010.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA-DE-CARVALHO, D. L., DIAS, J. J. L. Junior; KRUTA-BISPO, A. C. (2021). Nosso calendário parou! A mudança organizacional na UFPB devido à COVID-19. **Revista de Administração Contemporânea**, 25(spe), e200249. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021200249>

TORRENS, A. C. A atividade legislativa municipal e sua efetividade. **Revista NEP**, v. 4, N. 1, 2018. <https://doi.org/10.5380/nep.v4i1.60218>

UBERLÂNDIA. CIEPS. (Org.). **CIEPS**: Centro de Incubação e Empreendimentos Populares Solidários. 2018. Disponível em: <<http://www.Cieps.proexc.ufu.br/node/1>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

VECHIA, R. D.; TILLMANN, R.; CRUZ, T. N. A. A Rede de ITCPS – passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo**, n. 18. Canoas, 2011.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: **DP&A**; FASE, 2001. (Série Economia Solidária).

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 209 p.

WU, F., ZHAO, S., YU, B. *et al.* A new coronavirus associated with human respiratory disease in China. **Nature** 579, 265–269 (2020). Disponível em <<https://www.nature.com/articles/s41586-020-2008-3#citeas>>. Acesso em 12 out. 2020. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2008-3>

ANEXO I

Ata da Reunião de 21/12/2004 – Início simbólico do CIEPS

- A reunião iniciou as 14h30. Flander lembrou do compromisso de pontualidade com o horário para termos maior rendimento nas discussões.
- Raquel apresentou o Peterson seu esposo que está interessado em participar no GT inicial.
- Falamos sobre os textos do Bento, que eles têm uma direção pra começarmos a montagem de um projeto inicial.
- Peterson Lembrou que é importante antes de qualquer coisa, levantar quais são as necessidades do mercado em função dos grupos interessados.
- Flander falou que os grupos existentes são da cooperativa de reciclagem e da construção civil. E que os taxistas da Ubertaxi e podem vir a ser um grupo que poderá nos procurar.
- Flander falou da contrapartida.
- Ana esclareceu que a UFU assumiu o valor dos 10.000,00 de contra partida, e assim garantiu o recurso federal.
- Ana comunicou que o Roberto da Proex estará assessorando o projeto na atividade administrativa durante o processo de constituição da cooperativa, na função de elo de ligação entre os membros da equipe do GT de implantação, a comunidade, e contatos necessários.
- Humberto propôs uma reunião mensal para encaminhamentos do grupo com todos os membros do GT e com Gabriel.
- Gabriel encaminhou uma proposta de organização do roteiro de atividades:
 - 1º Gabriel propôs um esboço do projeto a partir dos conceitos principais
 - 2º Deve-se fazer uma discussão interna do que sejam as bases teóricas da cooperativa depois encaminhar um projeto definitivo.
 - 3º Definição dos conceitos principais;
 - 1-Extensão - Política de extensão - Conceito de trabalho na extensão.
 - 2-Economia solidária
 - 3-Cooperativismo- cooperativas- cooperativas populares

Metodologia

- Criação de uma incubadora
- Criação de uma cooperativa
- a) criação b) desenvolvimento c) consolidação
- Plano de Negócio? (polêmica teórica)
- Planejamento? (polemica teórica)
- Ficou acertado um seminário inicial apresentado pelos membros do GT gestor
- Metodologia do Seminário:
 - a) Preparar textos e bibliografia
 - b) apresentar o seminário e abrir a discussão
 - c) Fazer texto síntese das discussões que emergiram no seminário com as emendas e adendas do grupo.

Eixos dos seminários Iniciais

1. Extensão - Política de extensão - Conceito de trabalho na extensão.
Seminário será preparado por Flander/ Eixo: Política de Extensão, mundo do trabalho e suas interfaces
 2. Economia solidária
Seminário a ser preparado por Raquel
 3. Cooperativismo – cooperativas - cooperativas populares/e conceitos de
Seminário preparado por Humberto e Alunos da economia (conceito de planejamento).
 4. Plano de Negócio (focado para incubadora de cooperativa)
Seminário planejado e executado por Vinicius e Peterson
- Gabriel alertou que esse momento é muito importante porque os seminários iniciais vão ajudar o grupo a ter clareza dos conceitos de cada categoria que será mediada no processo. Para tanto é necessário fazer um cronograma de atividades até junho/2005 que será sempre revisto nas reuniões do GT gestor
 - Ficou definido que o Peterson será responsável, na próxima reunião, fazer a ajuda memória e encaminhar. Cada um do GT gestor terá essa incumbência rodiziando a atividade.

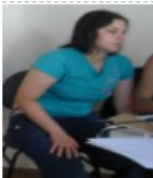
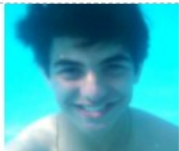
Cronograma de atividades

Ação/apresentador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Flander- Extensão - Política de extensão - Conceito de trabalho na extensão	12	Férias				
Raquel - Economia solidária			11			
Humberto- Cooperativismo-cooperativas- cooperativas populares –			18			
Peterson e Vinicius. Plano de Negócio (focado para incubadora de cooperativa) conceito de Planejamento Estudantes de economia				01 08		
Primeiro esboço do Projeto (estrutura e conteúdo)				22 29	06 27 20	
Visitas técnicas				15 prepar/	13 visita	
Seminários			xxxx	xxxxx	xxxxx	1ªquinz/
Elaboração final do Projeto						17
Operacionalização						24

Flander de Almeida Calixto

ANEXO II

Galeria dos Primeiros Membros

				
Guacira	Alirio	Paulo R.	Gabriel	Flander
				
Alexandra	Ana Paula	Gustavo	Sirie	Abrahão
				
Talitha	João	Elson	Ana Claudia	André
				
Peterson	Renato	Paulo	Roberta	Pedro
				
Hermano	Hugo	Guilherme	Cris	Raquel
				
Humberto	Denilson			